



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência

RELATÓRIO E CONTAS 2016

Março 2017



SEGURANÇA SOCIAL



CÂMARA MUNICIPAL
FAMALICÃO



Qualificar É Crescer



GABINETE DE ASSISTÊNCIA
E INTERVENÇÃO
SOCIAL



REPÚBLICA PORTUGUESA



UNião Europeia
Fundo Social Europeu



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





RELATÓRIO e CONTAS 2016

INDICE

INDICE.....	4
INDICE DE GRÁFICOS	9
INDICE DE FIGURAS	9
INDICE DE QUADROS	9
INDICE DE TABELAS	10
SIGLAS E ABREVIATURAS	12
CAPITULO I – APRESENTAÇÃO.....	13
1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	13
1.1 - Visão.....	13
1.2 - Missão	13
1.3 - Valores.....	13
1.4 - Política da Qualidade.....	13
1.5 - Política de ÉTICA.....	14
1.6 - Estratégia	14
2. MENSAGEM DA DIREÇÃO	15
3. ORGANOGRAMA	16
4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	17
4.1 – Identificação.....	17
4.2 – Sede	17
4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”	18
4.4 – Horário de Funcionamento	18
5. INTRODUÇÃO	18
6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016.....	20
CAPITULO II – RECURSOS HUMANOS	21
1. INTRODUÇÃO	21
2. QUADRO DE PESSOAL	21
3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	23

4. DIVERSAS INFORMAÇÕES RETIRADAS DO BALANÇO SOCIAL.....	24
5. FLUXO DE ENTRADAS OU SAIDAS DE TRABALHADORES.....	24
6. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	24
CAPITULO III – ATIVIDADE	25
1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA.....	25
1.1 Enquadramento	25
1.2 Objetivos.....	25
1.3 Serviços.....	26
1.4 Frequência de Crianças	26
1.5 Destinatários.....	26
1.6 Crianças Sem Apoio	27
2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	27
2.1 Enquadramento	27
2.2 Objetivos.....	27
2.3 Destinatários.....	27
2.4 Serviços.....	28
2.5 Frequência dos Clientes	28
2.6 Lista de Candidatos	28
3. LAR RESIDENCIAL.....	29
3.1 Enquadramento	29
3.2 Objetivos.....	29
3.3 Destinatários.....	29
3.4 Serviços.....	29
3.5 Frequência dos Clientes	29
3.6 Lista de Candidatos	30
4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES	30
4.1 Gabinete Social de Terapias.....	30
4.2 Centro de Estimulação de Alzheimer.....	31
4.2.1 Destinatários	31
4.2.2 Objetivos	31
4.2.3 Serviços.....	32
5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE.....	32
6. TRATAMENTO DAS RECLAMAÇÕES	33
7. TRATAMENTO DAS SUGESTÕES.....	34

8. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS	35
8.1 Introdução	35
8.2 Metodologia.....	35
8.3 Resultados	35
8.4 Conclusões	36
9. AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS	37
10. AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	38
10.1. Apresentação dos Resultados	39
11. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	39
11.1 Apresentação de Resultados.....	40
12. AMBIENTE	40
13. PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS	42
CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
1.1 Características das Demonstrações Financeiras.....	43
1.2 Continuidade.....	44
1.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)	44
1.4 Consistência de Apresentação	44
1.5 Materialidade e Agregação	45
1.6 Informação Comparativa	45
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	46
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	49
4. BALANÇO.....	50
CAPITULO V - ANEXO	51
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:.....	51
1.1 Denominação da entidade:.....	51
1.2 Lugar da sede social:.....	51
1.3 Natureza da atividade:	51
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	51
2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos	51

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS	
CONTABILÍSTICAS E ERROS	52
3.1. Principais políticas contabilísticas:	52
a) Continuidade	52
b) Regime do acréscimo (periodização económica)	52
c) Consistência de apresentação	53
d) Materialidade e agregação	53
e) Compensação	53
f) Informação comparativa	53
3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro	53
3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas	53
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	54
5 ATIVOS INTANGÍVEIS	55
6 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	56
7 INVENTÁRIOS	56
8 RENDIMENTOS E GASTOS	57
8.1 Rédito	57
8.2 Gastos.....	58
9 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	58
10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	59
10.1Dividas a instituições de crédito	59
11 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	59
12. OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	59
12.1 Diversos	59
12.2 Depósitos bancários	60
12.3 Depósitos a prazo	60
12.4 Estado e outros entes públicos	60
12.5 Outras contas a receber e pagar.....	60
12.6 Diferimentos	61
12.7 Fornecimentos e serviços externos	62
13. FLUXOS DE CAIXA	63
13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto	63
14. RÁCIOS	64



14.1 Fundo manei	64
14.2 Liquidez geral e liquidez imediata	64
14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento	65
14.4 Rendibilidade líquida da atividade	66
CAPITULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	67
6. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO	67
7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI	68
8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL	69
9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)	70
10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	71
CAPITULO VII - DIVERSOS	72
1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	72
2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	73
3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2016	73
4 CONCLUSÕES	73
5. REFERENCIAS FINAIS	75

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – COMPARAÇÃO (2015 – 2016) RECLAMAÇÕES.....	33
GRÁFICO 2 – COMPARAÇÃO (2015 – 2016) SUGESTÕES.....	34
GRÁFICO 3 – MÉDIA DOS RESULTADOS POR VARIÁVEIS	36
GRÁFICO 4 – COMPARAÇÃO (2016 – 2014).....	37
GRÁFICO 5 – RESULTADOS AVALIAÇÃO SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	39
GRÁFICO 6 - RESULTADOS AVALIAÇÃO SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES.....	40

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – QUADRO PESSOAL EM 31 DEZ 2016.....	22
FIG. 2 – CERTIFICADO DA QUALIDADE.....	32
FIG. 3 – RESULTADO LIQUIDO 2015.....	48
FIG. 4 – RESULTADO LIQUIDO 2016.....	48

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – QUADRO PESSOAL DISTRIBUÍDO PELAS RESPOSTAS SOCIAIS	21
QUADRO 2 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E IDADES DO QUADRO PESSOAL	22
QUADRO 3 – NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES DO QUADRO PESSOAL	22
QUADRO 4 – AÇÕES DE FORMAÇÃO DOS COLABORADORES	23
QUADRO 5 – TEMPO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	24
QUADRO 6 – FREQUÊNCIA CRIANÇAS DE IPI EM 2015 E 2016	26
QUADRO 7 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES DE CAO EM 2015 E 2016.....	28
QUADRO 8 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES DE LAR EM 2015 E 2016.....	30
QUADRO 9 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES DO GABINETE SOCIAL DE TERAPIAS.....	31
QUADRO 10 – TRATAMENTO DAS RECLAMAÇÕES.....	33
QUADRO 11 – TRATAMENTO DAS SUGESTÕES.....	34
QUADRO 12 – AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS.....	38



ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	46
TABELA 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	49
TABELA 3 – BALANÇO 2016.....	50
TABELA 4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	55
TABELA 5 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	56
TABELA 6 – INVENTÁRIOS	57
TABELA 7 – CONTA DE MERCADORIAS EM 2016	57
TABELA 8 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	57
TABELA 9 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	58
TABELA 10 – GASTOS.....	58
TABELA 11– SUBSÍDIOS DO GOVERNO	58
TABELA 12 – GASTOS COM PESSOAL EM 2016 E 2015.....	59
TABELA 13 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2016 E 2015	60
TABELA 14 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2016 E 2015	60
TABELA 15 – SALDO DA CONTA DE DÍVIDAS AO ESTADO	60
TABELA 16 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	61
TABELA 17 – SALDO DA CONTA DE DIFERIMENTOS	61
TABELA 18 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	62
TABELA 19 – FLUXOS CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	63
TABELA 20 – FUNDO DE MANEIRO.....	64
TABELA 21 – RÁCIO LIQUIDEZ GERAL E IMEDIATA	64
TABELA 22 – RÁCIO AUTONOMIA FINANCEIRA, SOLVABILIDADE E ENDIVIDAMENTO...	65
TABELA 23 – RENDIBILIDADE LÍQUIDA	66



TABELA 24 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CAO.....	67
TABELA 25 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DO CAO.....	67
TABELA 26 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS DE IPI.....	68
TABELA 27 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DE IP	68
TABELA 28 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS LAR.....	69
TABELA 29 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DO LAR	69
TABELA 30 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DOS STC.....	70
TABELA 31 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS GASTOS COM O ORÇAMENTO	71
TABELA 32 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RENDIMENTOS COM O ORÇAMENTO	71

SIGLAS E ABREVIATURAS

AFPAD	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
APQ	Associação portuguesa da Qualidade
AT	Acidentes de Trabalho
NB	Novo Banco Espírito
BM	Baixa Médica
BPI	Banco Português Investimento
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CHMA	Centro Hospitalar Médio Ave
CRPG	Centro Reabilitação Profissional Gaia
ELI	Equipa Local Intervenção
ESNL	Entidades Setor Não Lucrativo
FM	Fundo de maneio
GST	Gabinete Social Terapias
HACCP	Sigla Internacional Para o Sistema de Segurança Alimentar
IEFP	Instituto Emprego e Formação Profissional
INR	Instituto Nacional de Reabilitação
IPI	Intervenção Precoce na Infância
ISSS	Instituto Solidariedade Segurança Social
MG	Montepio Geral
NCRF	Norma Contabilística Relato Financeiro
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
PASEC	Plataforma de Animadores Sócio Educativos e Culturais
PIIP	Plano Individual Intervenção Precoce
R/C	Rés-do-chão
RU	Relatório único
SHST	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SNC	Sistema Normalização Contabilização
SNIPi	Serviço Nacional Intervenção Precoce na Infância
UDIPSS	União Distrital Instituições Particulares de Solidariedade Social
VNF	Vila Nova de Famalicão

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 - Visão

Ser uma referência na integração familiar e social das pessoas com deficiências e incapacidades, contribuindo para uma sociedade aberta e inclusiva.

1.2 - Missão

Prestar serviços integrados e personalizados de apoio a pessoas com deficiência e incapacidades e disponibilizar apoio às famílias em articulação interinstitucional, adotando estratégias de inovação e melhoria contínua.

1.3 - Valores

- **Respeito** pelos direitos dos clientes e significativos, dinamizando um atendimento personalizado, individualizando percursos e metodologias no sentido de ir o mais longe possível na integração social;
- **Confidencialidade**, garantindo absoluto sigilo de todas as informações e dados pessoais, designadamente os que dizem respeito à privacidade dos clientes;
- **Participação e coresponsabilização**, envolvendo a família, os agentes sociais e os cuidadores principais na prestação dos serviços;
- **Motivação e empenho** dos colaboradores, contribuindo para o sucesso da organização;
- **Responsabilidade**, assumindo as ações respeitando os mais elevados padrões de ética e profissionalismo;
- **Lealdade**, respeitando as hierarquias, agindo com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes.

1.4 - Política da Qualidade

Prestar serviços de qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes e significativos, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínua, enquanto organização orientada para uma ética de responsabilidade e de dever.

1.5 - Política de ÉTICA

A Política de ÉTICA da AFPAD não distingue categorias profissionais nem nível hierárquico devendo aplicar-se a todos os colaboradores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar a prática de todos os profissionais da AFPAD no respeito pela dignidade da pessoas com deficiência e da sua proteção contra riscos indevidos.

A AFPAD respeita a dignidade da pessoa humana e a promoção da justiça social através dos princípios que norteiam a sua atividade. Apoiar uma cultura de comportamento ético e de atenção a todos os clientes, sendo esse conjunto da responsabilidade de todos os colaboradores.

Ao mesmo tempo, a AFPAD cria as condições necessárias à concretização deste comportamento ético presente em toda a atividade levada a cabo na e pela AFPAD.

O respeito pela dignidade humana passa por assegurar a proteção dos nossos clientes de diferentes tipos de abusos, criando as condições adequadas e um ambiente seguro. A criação de um ambiente seguro inclui as condições adequadas nas instalações. As responsabilidades e autoridades definidas estabelecem diretivas que asseguram a prestação de serviços em conformidade com esta política, assim como criam condições para a sua correta avaliação.

Por outro lado, a AFPAD apoia o desenvolvimento de condições de escolha informada (*empowerment*) de forma a potenciar iniciativas próprias de prevenção e reação, permitindo a auto-defesa.

A satisfação dos clientes para com o respeito pela sua dignidade é conhecida, ao mesmo tempo que constantemente melhorada na sequência de momentos de revisão incluídos no sistema de gestão.

1.6 - Estratégia

- Melhorar continuamente a qualidade dos serviços através da implementação do sistema de gestão da qualidade;
- Melhorar os sistemas de informação e comunicação;
- Promover a eficiência dos recursos humanos através da formação e melhoria contínua;
- Investir em estruturas físicas, equipamentos e transportes;
- Criar estratégias para a sustentabilidade económico-financeira.

2. MENSAGEM DA DIREÇÃO

Como é do conhecimento de todos, a atual direção tomou posse e assumiu funções em Janeiro do corrente ano. Este facto não invalida a nossa responsabilidade em apresentar o relatório e contas de gerência referente à atividade desenvolvida no ano de 2016, de acordo com o preceituado nos estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

O relatório de contas não é mais do que o documento que relata a atividade e pretende prestar contas sobre a gestão e funcionamento da Instituição e a execução do plano de atividades e o orçamento que foi apresentado na devida altura aos associados em assembleia-geral.

O presente documento avalia e demonstra a materialização dos objetivos e das ações realizadas, assim como, a justificação dos desvios verificados, tendo por base garantir a transparência e a qualidade da informação a prestar aos associados.

Tendo em consideração os resultados alcançados que se devem ou traduzem-se na ação e empenho com que a anterior direção efetuou na gestão de todo este processo (que são da sua responsabilidade) apresenta os resultados evidenciados no relatório e que são fundamentais para o desenvolvimento e crescimento da Instituição.

Estamos certos de que os desafios não foram nem continuam a ser fáceis, pelo que pensamos que são merecedores do justo reconhecimento pelo desempenho e trabalho desenvolvido.

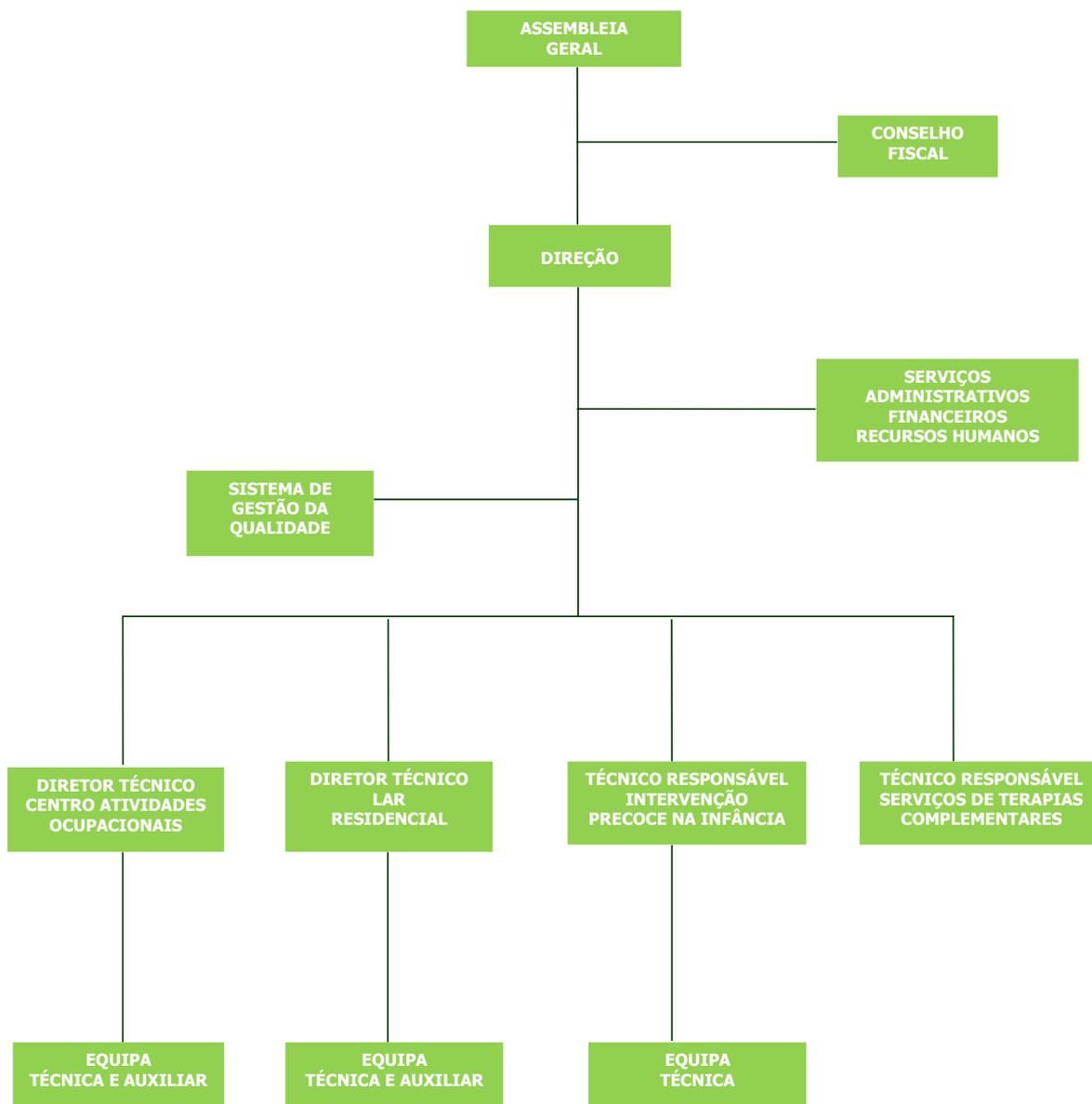
Em face destas considerações e porque a dimensão e dinâmica da nossa Instituição a todos os intervenientes pertence, apresentamos o nosso especial agradecimento não só à anterior direção mas a todos os órgãos sociais.

Para dar continuidade ao futuro da Instituição na prossecução e continuidade do projeto AFPAD e alcançar o sucesso com a eficiência e eficácia desejada, a direção conta com o imprescindível apoio dos estimados clientes e parceiros pela preferência e a confiança que em nós deposita, e ainda a competência e empenho de todos os colaboradores na concretização dos objetivos traçados.

Vila Nova de Famalicão, 01 de março de 2017

Presidente da Direção
Alberto Manuel Ribeiro Gonçalves

3. ORGANOGRAMA



4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

4.1 – Identificação

Designação:	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
Morada:	Rua António Sérgio, 103 4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO
Telefone:	252 378 790 / 252 378 791
E-mail:	geral@afpad.org
Web:	www.afpad.org
Facebook:	http://www.facebook.com/afpad.ipss
NIPC:	502 914 432
NISS:	2000 494 6450
CAE:	87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento
Matricula:	Inscrição n.º 35/95, de fls. 46 e 46 vº do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social
Publicação:	Diário da República, III Série, n.º 211, de 12/09/1995 Diário da República, III Série, n.º 23 ,de 28/01/2003
Região NUTS:	NUTS III – Portugal – Norte - Ave
Caracterização Jurídica:	Outras Associações (IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social)

4.2 – Sede

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência está edificada num edifício na Rua António Sérgio, 103, que é composto por R/C e seis andares. A fração autónoma designada pela letra “A” correspondente ao R/C cuja propriedade é da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, conforme escritura efetuada no dia vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, no terceiro cartório notarial do Porto.

O edifício está contemplado com o alvará de licença de utilização n.º 494/2008, emitida pelo departamento de urbanismo e habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicao.

O edifício é repartido por sectores, onde funcionam os serviços administrativos, as respostas sociais de Intervenção Precoce na Infância, Centro de Atividades Ocupacionais, Serviços e Terapias Complementares, para além de um espaçoso parque automóvel com um lugar de estacionamento para pessoas portadoras de deficiências e incapacidades e um lugar para ambulâncias, localizado na via pública mesmo em frente ao edifício.

4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”

O funcionamento da resposta social de Lar Residencial “ A Minha Casa” está edificada num edifício arrendado de tipologia T5, situado na Avenida João XXI, 1928 na freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão e é composto por R/C e um andar, anexos e um grande logradouro.

4.4 – Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da sede é o seguinte:

De segunda-feira a sexta-feira:

Abertura: 8:30 h às 17:00h

Pausa almoço 12:300 h às 14:00 h

Sábado: Descanso Complementar.

Domingo: Descanso Obrigatório

O Lar Residencial “ A Minha Casa” funciona 24 horas por dia, durante todo o ano.

5. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo 27º dos Estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, a Assembleia Geral reúne até 31 de Março, para aprovação do relatório de contas do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal.

Nos termos das disposições estatutárias, compete à Direção elaborar o relato e as contas, conferindo-lhe, neste domínio, a responsabilidade dos restantes órgãos.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência apresenta o relatório de contas referente ao ano de 2016, elaborado de acordo com toda a sua atividade desenvolvida durante o período compreendido entre o dia um de Janeiro e o dia trinta e um de Dezembro de 2016.

O presente relatório, visa divulgar e dar a conhecer principalmente aos seus associados, para além de outras partes interessadas na informação económica e financeira, a caracterização e o desenvolvimento de toda a sua atividade, exercida no decorrer do ano de 2016, assim como a análise dos resultados através das demonstrações financeiras.

Também divulgamos os factos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano de 2016, assim como os recursos e os meios aplicados, os resultados obtidos e o seu impacto em cada resposta social.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de Março de 2011, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL), e pelo aviso n.º 8259/2015 publicado no Diário da República n.º 146, 2 Série, de 29 de Julho de 2015 que substitui o aviso n.º 6726-B/2011 publicado no Diário da República n.º 51, 2 Série, de 14 de Março de 2011, que visa estabelecer os principais aspetos de reconhecimento e mensuração, com as adaptações inerentes a este tipo de entidades (ESNL).

Esta norma (SNC-ESNL) corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Para a sua elaboração foram analisadas as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa), para além de outros documentos e peças contabilísticas extraídas do sistema de gestão SAGE, (programa de contabilidade e de salários entre outros instrumentos informáticos).

Por último, uma referência aos resultados obtidos no período compreendido entre o dia um de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, que apresenta na sua estrutura de gastos o valor total de 414.298,88 € (quatrocentos e catorze mil e duzentos e noventa e oito euros e oitenta e oito cêntimos) e o valor total de 420.986,14 € (quatrocentos e vinte mil e novecentos e oitenta e seis euros e catorze cêntimos) de rendimentos o que evidencia um apuramento de um resultado líquido positivo no valor de 6.687,26 € (seis mil seiscentos e oitenta e sete euros e vinte e seis cêntimos).

6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016

A partir de 01 de janeiro de 2016, a taxa social única (encargos da entidade patronal) passou a ser de 22,00% para as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), ou seja aumentou 0,40 € relativamente ao ano anterior (2015).

Durante o ano de 2016, o subsídio de refeição pago aos colaboradores foi pago em espécie (refeição).

Em março a AFPAD recebeu o valor de 3.450,35 euros referente à consignação de IRS e à consignação de IVA (3.391,85 € e 58,50 € respetivamente).

Em junho de 2016 foi alienada a viatura Mercedes Benz com a matrícula 59-49-HS pelo valor de 900,00 euros.

Em julho a AFPAD contraiu um empréstimo bancário através da agência bancária do Novo Banco no valor de 31.500,00 euros a liquidar em cinco anos.

Em julho a AFPAD adquiriu duas viaturas adaptadas de nove lugares (uma para o Lar Residencial e outra para o CAO) pelo valor total de 62.730,00 euros.

Em agosto foi recebido um subsídio da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no valor de 10.000,00 euros.

Também em agosto foi recebido um subsídio do ministério do trabalho, solidariedade e segurança social, através do fundo de socorro social no valor de 39.924,00 euros.

Em outubro foi alienado a viatura de marca Peugeot com a matrícula 18-22-LA pelo valor de 250,00 euros.

No ano de 2016 foram admitidos nove novos sócios.

Durante o ano de 2016 a AFPAD recebeu o valor de 5.150,00 euros relativo a entregas de injunções impostas pelo tribunal judicial de Vila Nova de Famalicão.

CAPÍTULO II – RECURSOS HUMANOS

1. INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos humanos no ano corrente não sofreu alterações significativas na estrutura de funcionamento, apresentando apenas pequenos ajustamentos de reorganização e adequação dos recursos existentes.

Outros dados e estatísticas relativas aos recursos humanos que fazem parte do quadro de pessoal podem ser consultados no Balanço Social e no Relatório Único.

2. QUADRO DE PESSOAL

No quadro seguinte é apresentado a distribuição dos Recursos Humanos que fazem parte do quadro de pessoal, afetos a cada resposta social, por categoria profissional e habilitações literárias, à data de 31 de Dezembro de 2016.

N.º	Função	Hab. Literárias	C.A.O.	I.P.I	LAR
1	Assistente Social	Licenciatura	50 %	50 %	
1	Psicólogo	Mestrado	50 %	50 %	
1	Psicóloga	Licenciatura			100 %
1	Contabilista	Licenciatura	50 %	10 %	40 %
1	Terapeuta da Fala	Mestrado		100 %	
1	Monitora	10.º Ano			100 %
1	Cozinheira	6.º Ano	100 %		
1	Cozinheira	4.º Ano			100 %
1	Motorista	9.º Ano	90 %		10 %
1	Ajudante Apoio Pessoas	12.º Ano	100 %		
1	Monitora CAO 2ª	12.º Ano	100 %		
1	Ajudante Apoio Pessoas	6.º Ano	100 %		
3	Ajudantes Acção Direta	9.º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	6.º Ano			100 %
3	Ajudantes Acção Direta	4.º Ano			100 %
2	Ajudantes Acção Direta	6.º Ano			100 %
1	Ajudante Acção Direta	12.º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	9.º Ano	90 %	10 %	

23

Quadro 1 – Quadro pessoal distribuído pelas respostas sociais

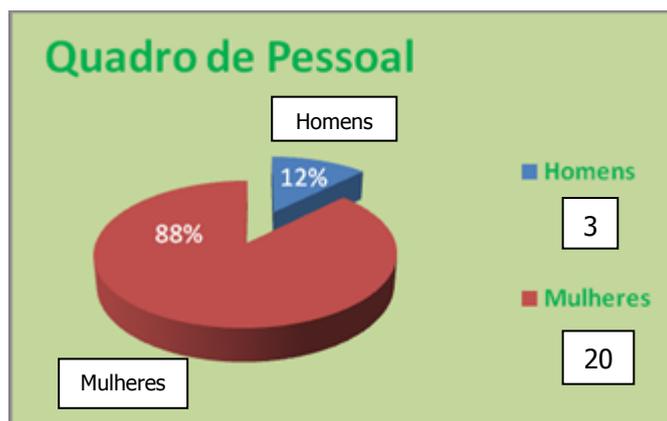


Fig. 1 – Quadro Pessoal em 31 Dez 2016

Os recursos humanos, existentes à data de 31 de Dezembro de 2016, distribuídos por habilitações literárias e idade. A idade média dos colaboradores é aproximadamente de 47 anos.

Habilitações Literárias	N.º	Idades	N.º
Mestrado	2	30 a 34 anos	2
Licenciatura	3	35 a 39 anos	1
Ensino Secundário (12º Ano)	3	40 a 44 anos	6
Ensino Secundário (10º Ano)	1	45 a 49 anos	1
3º Ciclo Ensino Básico (9º Ano)	4	50 a 54 anos	9
2º Ciclo Ensino Básico (6º Ano)	6	55 a 59 anos	2
1º Ciclo Ensino Básico (4º Classe)	4	60 a 64 anos	2
Total	23	Total	23

Quadro 2 – Habilitações literárias e idades do quadro pessoal

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência labora no regime normal de trabalho de acordo com o Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro de 2009 e posteriores alterações, assim como também aplica o contrato coletivo de trabalho publicado no (BTE) Boletim de Trabalho e Emprego N.º 31 de 22 de Agosto de 2015.

Níveis de Qualificação	N.º Trabalhadores
Quadros Superiores	5
Profissionais altamente qualificados	2
Profissionais qualificados	3
Profissionais semiquualificados	11
Profissionais não qualificados	2
Total	23

Quadro 3 – Níveis de qualificação dos trabalhadores do quadro pessoal

3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O sucesso dos projetos está diretamente dependente da performance individual e coletiva de cada colaborador, pelo que as iniciativas de formação e desenvolvimento dos quadros de pessoal merecem especial atenção e uma cuidadosa e detalhada preparação.

Foi concedido aos colaboradores a possibilidade de frequentarem ações de formação profissional, nomeadamente a frequência de cursos na área do desenvolvimento pessoal e profissional, como consultoria, congressos, workshop, seminários e outras ações/formações.

No ano de 2016 a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência realizou e/ou proporcionou aos seus colaboradores as seguintes ações/formação profissional e outros, num total de 214 horas.

Foram 12 os colaboradores que no ano de 2016 beneficiaram e usufruíram das ações de formação profissional que foram proporcionadas para assistirem a workshops, seminários e outras ações/formações de índole profissional.

Os colaboradores que usufruíram das ações de formação em horário laboral correspondem ao total de 162 horas.

As Horas utilizadas pela frequência de ações de formação pelos colaboradores em horário pós-laboral correspondem ao total de 52 horas.

Área de Ação/Formação	N.º Horas	Participantes	N.º Total Horas
Proteção de pessoas e bens	15	1	15 horas
Desenvolvimento pessoal	117	9	117 horas
Trabalho social e orientação	52	3	52 horas
Gestão e administração	24	3	24 horas
Contabilidade e fiscalidade	6	1	6 horas
Total Horas	214 horas		214 Horas

Quadro 4 – Ações de formação dos colaboradores

4. DIVERSAS INFORMAÇÕES RETIRADAS DO BALANÇO SOCIAL

No balanço social de 2016 constam as seguintes informações:

Tempo de Trabalho	N.º Trabalhadores	Organização Tempo Trabalho	N.º Trabalhadores
35 horas semanais	5	Horário trabalho fixo	14
37 horas semanais	9	Horário trabalho turno rotativo	9
38 horas semanais	4		
40 horas semanais	5		

Quadro 5 – Tempo e Organização do Trabalho

Potencial máximo anual (horas trabalháveis, durante o ano) 39 228

Número de horas efetivamente trabalhadas 33 254

Diferença -5 974

O valor apresentado na diferença (5 974 horas) reflete as horas de ausência de colaboradoras que estiveram com incapacidade temporária para o trabalho por doença natural por períodos prolongados, correspondendo esse número de horas a 2 141. Assim como o valor de 1 736 horas que corresponde à ausência de uma colaboradora que esteve todo o ano de 2016 com incapacidade temporária absoluta para o trabalho resultante de acidente de trabalho.

As restantes horas corresponde a ausências por incapacidade temporária para o trabalho por doença natural por períodos de curta duração e outras ausências justificadas.

5. FLUXO DE ENTRADAS OU SAIDAS DE TRABALHADORES

Durante o ano de 2016 entraram 6 e saíram 3 profissionais dos quadros de pessoal, para substituições de curta e longa duração, motivadas por baixa médica, férias e acidente de trabalho.

6. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

No âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho (SHST), foram realizadas todas as ações inerentes a este processo, nomeadamente os serviços de segurança e os serviços de saúde.

Estes serviços (segurança e saúde no trabalho) foram realizados por empresa da especialidade, e beneficiaram dos mesmos, todos os colaboradores do quadro de pessoal.

CAPITULO III – ATIVIDADE

1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

1.1 Enquadramento

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo DL n.º281/2009, de 06 de Outubro, prevê a criação de Equipas Locais de Intervenção (ELI) através da atuação coordenada pelos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, da Saúde, e da Educação. A AFPAD integra a ELI de Vila Nova de Famalicão, em articulação com os profissionais de Educação do Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce (Bernardino Machado) e da Saúde (CHMA e Centro de Saúde), assegurando desta forma a resposta social de Intervenção Precoce na Infância (IPI) às crianças e famílias deste concelho.

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “...um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na família e na criança...”. “...abrange crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com alterações nas funções estruturais do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”.

Legislação aplicável:

Decreto-lei n.º281/2009, publicado no Diário da República, 1 Série – N.º 193 de 06 de Outubro de 2009.

1.2 Objetivos

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requerem avaliação periódica devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidades de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o Plano Individual de Intervenção Precoce (PIIP) em função do diagnóstico da situação;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular sempre que se justifique com as comissões de proteção de crianças e jovens e com os núcleos da ação de saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;

- Assegurar para cada criança processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins de Infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

1.3 Serviços

- Educação de infância
- Psicologia
- Serviço Social
- Fisioterapia
- Terapia da Fala
- Pediatria
- Fisiatria
- Hidroterapia

1.4 Frequência de Crianças

O quadro seguinte apresenta o número de crianças que mensalmente usufruíram dos Serviços de Intervenção Precoce na Infância em 2015 e 2016.

Meses	2015	2016
Janeiro	85	98
Fevereiro	85	100
Março	85	112
Abril	87	112
Maio	87	115
Junho	86	115
Julho	86	118
Agosto	86	118
Setembro	85	99
Outubro	84	101
Novembro	84	106
Dezembro	83	107
Média	85	108

Quadro 6 – Frequência crianças de IPI em 2015 e 2016

1.5 Destinatários

A resposta social de Intervenção Precoce na Infância abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades

típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social compete, nomeadamente, promover a cooperação ativa com as IPSS e instituições equiparadas, de modo a celebrar acordo de cooperação para efeitos de contratação de profissionais de serviço social, terapeutas e psicólogos para integrarem as Equipas Locais de Intervenção (ELI).

O Acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social é de 40 crianças e durante o ano de 2016 usufruíram do serviço em média 108 crianças por mês.

1.6 Crianças Sem Apoio

À data de 31 de Dezembro de 2016 esta resposta social apresentava 35 crianças identificadas e fora da lista de crianças apoiadas.

2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

2.1 Enquadramento

O Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 18/89, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 9 - de 11 de Janeiro de 1989.

Despacho n.º 52/SESS/90, publicado no Diário da República, 2 Série - N.º 162 - de 16 de Julho de 1990.

2.2 Objetivos

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades;
- Promover estratégias de reforço de autoestima e de autonomia pessoal e social;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social das pessoas com deficiência;
- Promover o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração socioprofissional.

2.3 Destinatários

- Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva;

- Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

2.4 Serviços

- Atividades socialmente úteis
- Atividades estritamente ocupacionais
- Atividades recreativas e de lazer
- Atividades de vida diária
- Atividades de hidroterapia
- Trabalhos Manuais – Ateliê têxteis

2.5 Frequência dos Clientes

O quadro seguinte apresenta o número de clientes que mensalmente frequentaram o Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2015 e 2016.

Meses	2015	2016
Janeiro	20	20
Fevereiro	20	20
Março	20	20
Abril	20	20
Maiο	20	20
Junho	20	20
Julho	20	20
Agosto	20	20
Setembro	20	20
Outubro	20	20
Novembro	20	20
Dezembro	20	20
Média	20	20

Quadro 7 – Frequência dos clientes de CAO em 2015 e 2016

O Acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social é de 20 clientes e durante o ano de 2016 usufruíram do serviço em média 20 clientes por mês.

Durante o ano de 2016 registou-se apenas a entrada de dois e a saída de outros dois clientes para o Centro de Atividades Ocupacionais.

2.6 Lista de Candidatos

À data de 31 de Dezembro de 2016 a resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 8 candidatos inscritos na lista de candidatos.

3. LAR RESIDENCIAL

3.1 Enquadramento

O Lar Residencial é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

3.2 Objetivos

- Disponibilizar apoio residencial permanente ou temporário a jovens e adultos com deficiência;
- Garantir condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes;
- Promover estratégias de reforço da autoestima, autonomia pessoal e social dos utentes;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social.

3.3 Destinatários

- Pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos;
- Pessoa com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas

3.4 Serviços

- Acolhimento prolongado
- Acolhimento temporário
- Acolhimento fins semana e férias
- Refeições
- Cuidados de higiene
- Atividades diversificadas

3.5 Frequência dos Clientes

No quadro seguinte, é apresentado o número dos clientes que frequentaram esta resposta social durante ano de 2015 e 2016.

Meses	2015	2016
Janeiro	12	12
Fevereiro	12	12
Março	12	12
Abril	12	12
Maio	12	12
Junho	12	12
Julho	12	12
Agosto	12	12
Setembro	12	12
Outubro	12	12
Novembro	12	12
Dezembro	12	12
Média	12	12

Quadro 8 – Frequência dos clientes de LAR em 2015 e 2016

O Acordo com o Instituto da Segurança Social contempla 12 clientes e a frequência durante o ano de 2016 foi de 12 clientes.

Durante o ano de 2016, existiu a entrada e a saída de um cliente no Lar Residencial.

3.6 Lista de Candidatos

A resposta social de Lar Residencial à data de 31 de Dezembro de 2016 apresentava 6 candidatos inscritos na lista de candidatos.

4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES

4.1 Gabinete Social de Terapias

Atendendo a todo o historial da associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência neste domínio e tendo em conta o “know – how” adquirido, torna-se assim possível a instalação do “Serviços e Terapias Complementares” aberto a todos aqueles que precisam de recorrer a estes serviços.

O gabinete Social de Terapias terá as especialidades de Psicologia, Fisioterapia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Serviços de Transportes e Refeições.

Trata-se de sessões individualizadas em todas as especialidades solicitadas, apostando-se, por esta via, na personalização e na consequente qualidade do serviço aos clientes.

A equipa técnica é uma equipa pluridisciplinar que garante um trabalho participado e integrado, com todas as consequências positivas que esta situação pode trazer para a qualidade de vida das pessoas.

Estes serviços destinam-se a crianças e jovens portadores de deficiência e incapacidades, e que não se enquadram nos objetivos das outras respostas sociais, para o qual não existe acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Este serviço tem o objetivo de responder às necessidades de pais e encarregados de educação de crianças e jovens com necessidade de algum dos serviços, nas modalidades indicadas:

No quadro seguinte é apresentado o número de clientes que usufruíram deste serviço no ano de 2016.

Serviços Prestados	Número de clientes
Terapia da Fala	5
Serviços de Psicologia	1
Serviços de Transporte	0
Serviços de Refeições	0
Total	6

Quadro 9 – Frequência dos clientes do Gabinete Social de Terapias

4.2 Centro de Estimulação de Alzheimer

O Centro de Estimulação de Alzheimer/Doenças Neurodegenerativas foi criado no ano de 2014.

4.2.1 Destinatários

Pessoas com doenças neurodegenerativas, nomeadamente Doença de Alzheimer, Demências, Parkinson...

4.2.2 Objetivos

- Retardar a evolução da doença (reabilitação/estimulação cognitiva);
- Integração social e cultural das pessoas com demência;
- Evitar uma institucionalização precoce;
- Melhorar e manter as competências pessoais;
- Contribuir para uma melhor qualidade de vida;
- Proporcionar momentos de descanso familiar;
- Prevenir e combater o processo natural do envelhecimento;

4.2.3 Serviços

- Arte terapia / Trabalhos Manuais,
- Atividade Física;
- Musicoterapia;
- Reabilitação Cognitiva;
- Relaxamento Terapêutico

Durante o ano de 2016 usufruíram deste serviço uma pessoa.

5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) obteve o certificado da qualidade dos seus serviços, nas respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial com validade de 09 de Setembro de 2015 a 09 de Setembro de 2017.

A validade deste certificado termina em Setembro de 2017.

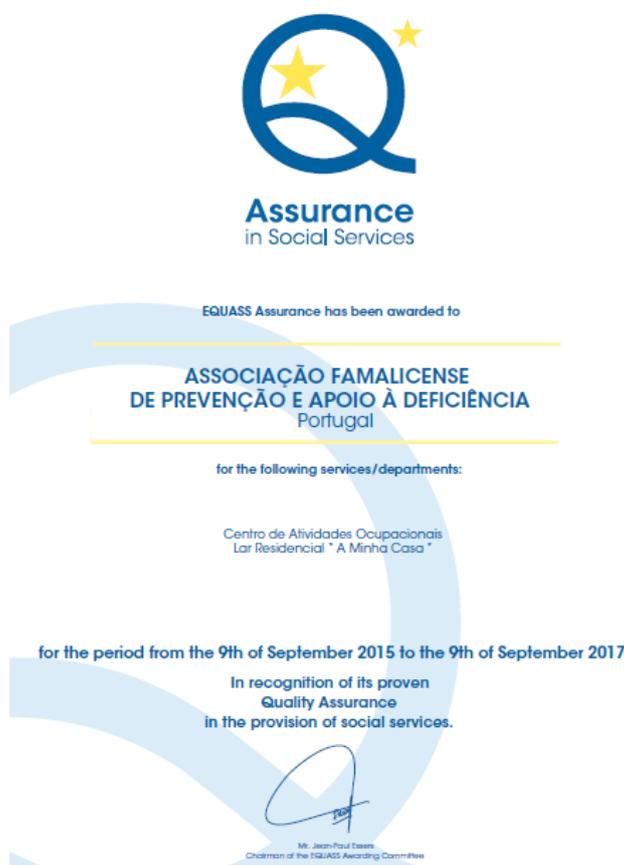


Fig. 2 – Certificado da Qualidade

6. TRATAMENTO DAS RECLAMAÇÕES

No quadro seguinte é apresentado o tratamento das reclamações que aconteceram durante o ano de 2016, quer na sede quer no Lar Residencial “A Minha Casa”.

Resposta Social	Quantidade	Áreas				Tratamento
		Infraestruturas e Equipamentos	Atividades	Alimentação	Outras	
LAR	7			X		R
TOTAL	7			7		

Quadro 10 – Tratamento das Reclamações

Nota: (R) – Resolvido – **(N R)** – Não Resolvido

No gráfico abaixo apresentado podemos verificar o número de reclamações das respostas sociais de CAO e de Lar Residencial, relativamente aos anos de 2015 e 2016.

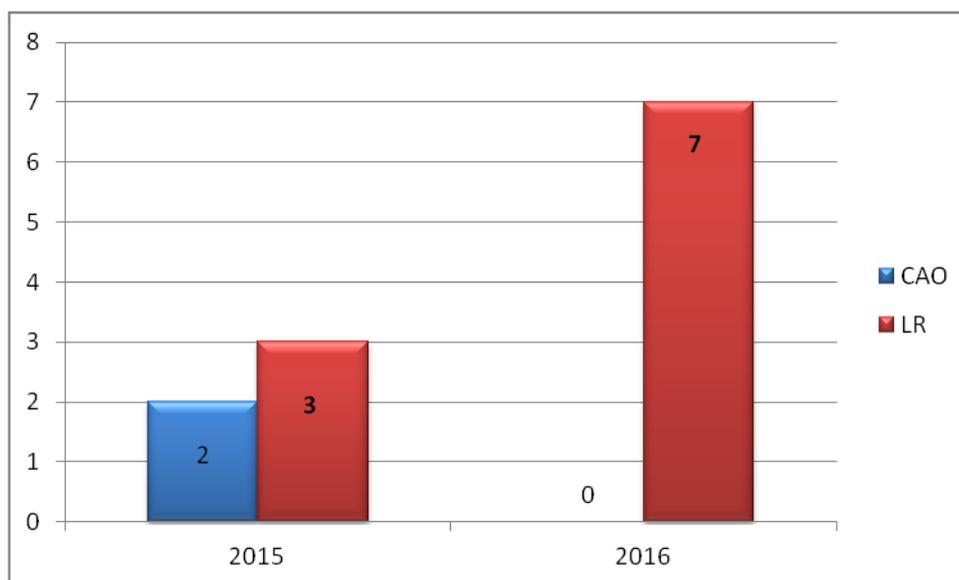


Gráfico 1 – Comparação (2015 – 2016) Reclamações

As reclamações referem-se todas à resposta social do Lar Residencial e o seu âmbito é referente á alimentação. Qualquer uma das reclamações apresentadas não foi solicitada a resposta formalizada.

De destacar que a resposta social do Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2016 não apresentou reclamações.

7. TRATAMENTO DAS SUGESTÕES

No quadro seguinte é apresentado o tratamento das sugestões que aconteceram durante o ano de 2016, quer na sede quer no Lar Residencial “A Minha Casa”.

Resposta Social	Quantidade	Áreas				Tratamento
		Infraestruturas e Equipamentos	Atividades	Alimentação	Outras	
LAR	1	X				N R
LAR	1			X		R
CAO	1	X				N R
TOTAL	3	2		1	1	

Quadro 11 – Tratamento das Sugestões

Nota: (R) – Resolvido – **(N R)** – Não Resolvido

No gráfico abaixo apresentado podemos verificar o número de sugestões das respostas sociais de CAO e de Lar Residencial, relativamente aos anos de 2015 e 2016.

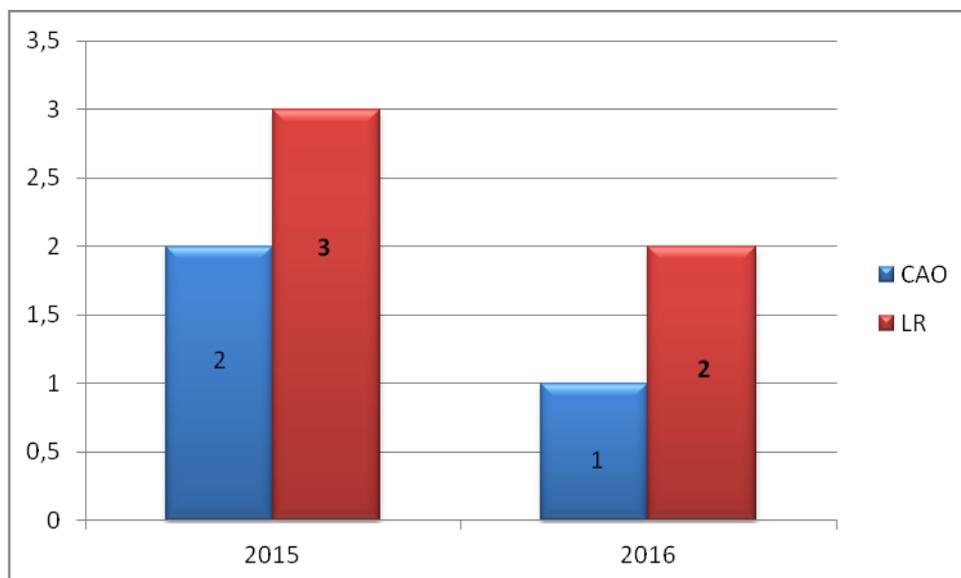


Gráfico 2 – Comparação (2015 – 2016) Sugestões

Durante o ano de 2016 para além das sugestões não foram apresentadas opiniões.

Relativamente ao ano anterior (2015) no ano de 2016 houve menos duas sugestões.

Das três sugestões apresentadas uma foi solicitada dar resposta por escrito.

8. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS

8.1 Introdução

Este documento visa divulgar os resultados de avaliação do grau de satisfação dos parceiros institucionais da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD).

Em 2016 procedeu-se à atualização da lista de parceiros, onde se retirou os parceiros (14) que eram fornecedores de produtos e mercadorias, ficando a lista apenas com 15 entidades considerados parceiros da AFPAD.

O questionário de avaliação de satisfação dos parceiros foi enviado por via eletrónica (e-mail) a 15 parceiros, no dia 31 de Dezembro de 2016. As respostas foram recebidas pela mesma via até ao dia 21 de Fevereiro de 2017 pelo coordenador da qualidade.

Dos questionários enviados aos parceiros, responderam 14, o que corresponde uma taxa de participação de 93,33%. Comparando estes dados com os da avaliação anterior (2014), verificou-se um aumento de 14,02% do número de participantes que responderam ao referido questionário.

8.2 Metodologia

Foi utilizado o questionário de avaliação do grau de satisfação dos parceiros, baseado no modelo proposto pelo Instituto da Segurança Social.

O questionário é composto por 18 questões, sendo que as 13 primeiras perguntas encontram-se associadas a 4 variáveis:

- Avaliação da Relação Institucional – Formalidades (Q1; Q2; Q3; Q4; Q5; Q6 e Q9)
- Avaliação da Relação Institucional – Contactos (Q7 e Q8)
- Utilidade (Q10 e Q11)
- Responsabilidade (Q12 e Q13)

8.3 Resultados

Tendo em conta as diferentes variáveis que a escala avalia, é possível constatar uma maior satisfação dos parceiros com as variáveis **Utilidade** (Q10 e Q11) e **Responsabilidade** (Q12 e Q13), como se pode concluir do gráfico abaixo apresentado



Gráfico 3 – Média dos Resultados por Variáveis

A análise individual por item vai de encontro aos resultados apresentados por variáveis, em que se verificou que os mais pontuados foram as variáveis da *Utilidade* (4,52) e da *Responsabilidade* (4,48), sendo desta forma importante referir que a AFPAD é vista pelos seus parceiros como uma instituição responsável no cumprimento dos seus compromissos, responsabilidades e respeitada pela Comunidade, a quem presta um bom serviço.

Nestas variáveis revela-se importante estabelecer normas e regras de contato mais regulares com os parceiros da AFPAD, com o objetivo de avaliar o grau de concretização dos objetivos e realizar a sua comunicação, assim como estabelecer um contato mais formal (por escrito). Estas ações contribuirão para colmatar lacunas existentes ao nível da comunicação com os Parceiros, assim como para melhorar os níveis de satisfação relacionados com a variável das *Relações Institucionais – Formalidades e Contatos*.

8.4 Conclusões

Da análise e observação dos resultados apresentados (2016), constata-se que houve um aumento de 14,02 % dos participantes na entrega de questionários por parte dos parceiros em relação ao último inquérito apresentado aos mesmos (2014).

Na média por variáveis face aos resultados apresentados, foi possível verificar que as relações institucionais – formalidade e relação institucional – contactos, obtiveram médias de satisfação inferiores em relação às outras variáveis (Utilidade e Responsabilidade).

De um modo geral houve uma evolução negativa de 2014 para 2016 em todas as variáveis, como se pode verificar no gráfico abaixo apresentado:

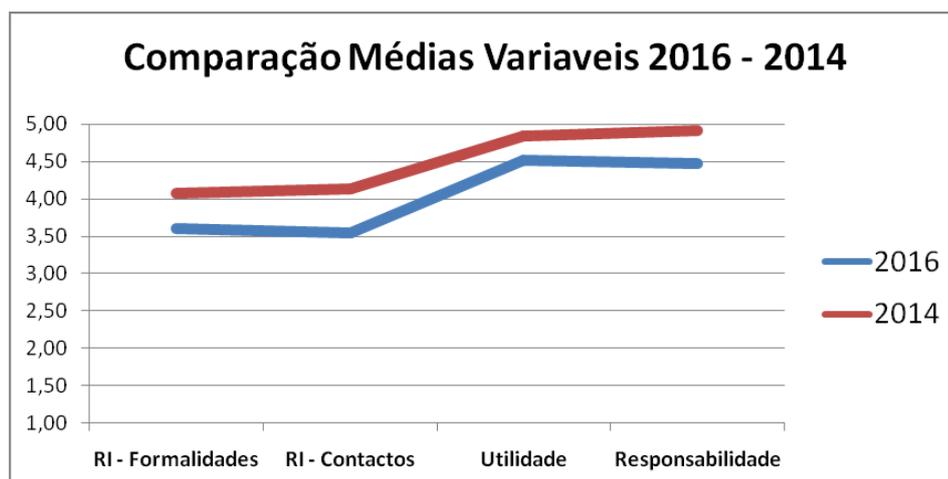


Gráfico 4 – Comparação (2016 – 2014)

Relativamente aos resultados da média por questão foi verificado um nível de satisfação dos parceiros, com uma média global de 3,86 ($M=3,86$) e um desvio padrão de 1,28; ($DP=1,28$), o que traduz também um decréscimo em relação a 2016, quando comparado com o ano de 2014 (média global em 2014 foi de 4,4).

Quatro parceiros apresentaram sugestões e recomendações que vão ser reportadas à direção a fim de serem tidas em consideração. Essas recomendações reportam-se ao nível da comunicação e participação externa e melhoria das instalações

9. AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS

A AFPAD atua em parceria com entidades públicas e privadas, com o objetivo de assegurar uma prestação de serviços cada vez mais eficaz. As Parcerias são uma necessidade pois a AFPAD não conseguiria os meios financeiros e humanos para concretizar algumas das atividades que proporciona aos seus clientes.

As parcerias na prestação de serviços devem contribuir para um maior valor acrescentado em termos de resultados e impactos da prestação dos serviços

A lista de parcerias foi atualizada para o ano de 2016. Em relação ao ano de 2015 foi retirado um parceiro e acrescentados dois novos parceiros.

	2015		2016	
Atingidos (A)	13	86,66 %	8	50,00 %
Não Atingidos (NA)	2	13,34 %	4	25,00 %
Atingidos Parcialmente (AP)			4	25,00 %
Total	15	100,00 %	16	100,00 %

Quadro 12 – Avaliação das Parcerias

10. AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

Os inquéritos da avaliação da satisfação dos clientes são realizados de dois em dois anos e foram, pelo que foram realizados no ano de 2014 e em 2016.

O questionário utilizado para proceder à avaliação de satisfação dos clientes da AFPAD foi o sugerido pelos Manuais da Qualidade da Segurança Social. Este apresenta-se nos primeiros 47 itens com opção de resposta em escala tipo *lickert* (5 opções desde “*Nada satisfeito*” até “*Totalmente satisfeito*”). A análise de conjuntos específicos de itens possibilita ainda inferir o grau de satisfação dos clientes em cinco domínios diferentes: Fatores Tangíveis; Fiabilidade; Capacidade de Resposta; Confiança e segurança; Empatia.

Por Fatores Tangíveis, entendem-se a apresentação/aspecto das instalações e condições físicas. A Fiabilidade tem a ver com o conhecimento e importância das atividades. O domínio Capacidade de Resposta está relacionado com a adequação dos serviços às necessidades dos clientes. O domínio Confiança e Segurança têm a ver com procedimentos e segurança. O domínio Empatia está relacionado com a disponibilidade e apoio dos colaboradores para atender a questões dúvidas e sugestões dos clientes.

No CAO foram entregues 18 questionários e devolvidos 16, correspondendo a uma taxa de participação de 89 % dos inquiridos.

No Lar Residencial foram entregues 12 questionários e devolvidos 8, a que corresponde uma taxa de participação de 67%.

10.1. Apresentação dos Resultados

Os resultados apontam para uma média global de satisfação de 4,50 (**M=4,50**) o que traduz um grau de satisfação muito positivo dos clientes da AFPAD, sendo a média do CAO de 4,80 e do Lar Residencial de 4,20.

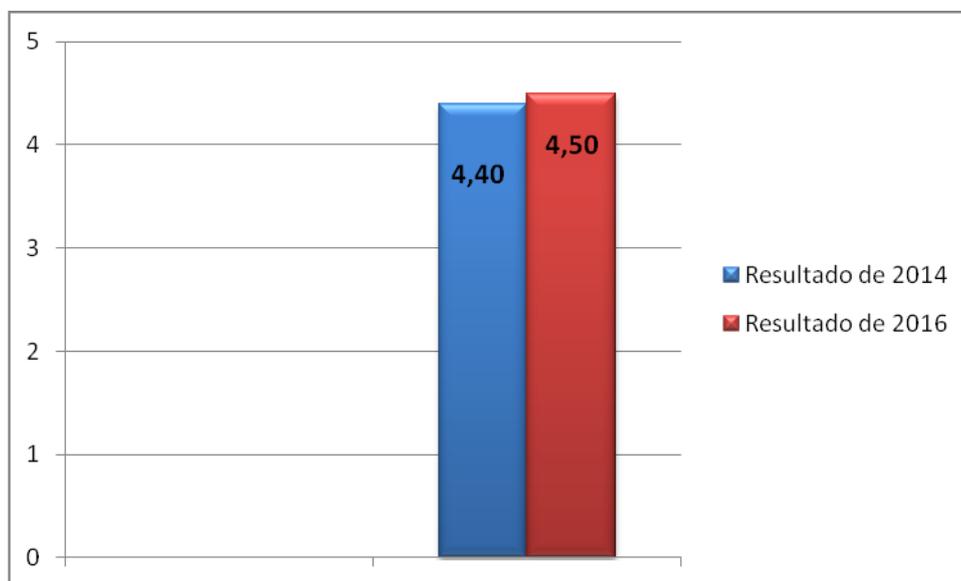


Gráfico 5 – Resultados Avaliação Satisfação dos Clientes

Como se pode observar pelos resultados obtidos e apresentados no gráfico, conclui-se que a satisfação dos clientes revela níveis de satisfação estáveis em comparação com o anterior (2014).

11. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Os inquéritos da avaliação da satisfação dos colaboradores são realizados de dois em dois anos, pelo que foram realizados no ano de 2014 e em 2016.

O questionário utilizado para proceder à avaliação de satisfação dos colaboradores da AFPAD foi o sugerido pelos Manuais da Qualidade da Segurança Social. Este apresenta-se nos primeiros 35 itens com opção de resposta em escala tipo *lickert* (5 opções desde “*Nada satisfeito*” até “*Totalmente satisfeito*”), cujo objetivo é avaliar a satisfação dos colaboradores com a organização. A análise de conjuntos específicos de alguns itens possibilita ainda inferir o grau de satisfação dos colaboradores em oito domínios diferentes: Contexto Organizacional, Posto de Trabalho, Cooperação e Comunicação, Mudança e Inovação, Reconhecimento e Recompensa, Relações com Chefias, Política e Estratégia e Qualidade

No Lar Residencial foram entregues 13 questionários e devolvidos 12. Na sede todos os colaboradores, incluído os de CAO, IPI responderam e devolveram os questionários.

11.1 Apresentação de Resultados

Os resultados apontam para uma média global de satisfação dos colaboradores de 3,40 (**M=3,40**), o que traduz um grau de satisfação positivo dos colaboradores.

Contudo, verifica-se um ligeiro aumento (cerca de 10 %) do grau de satisfação dos colaboradores em relação à última avaliação (2012).

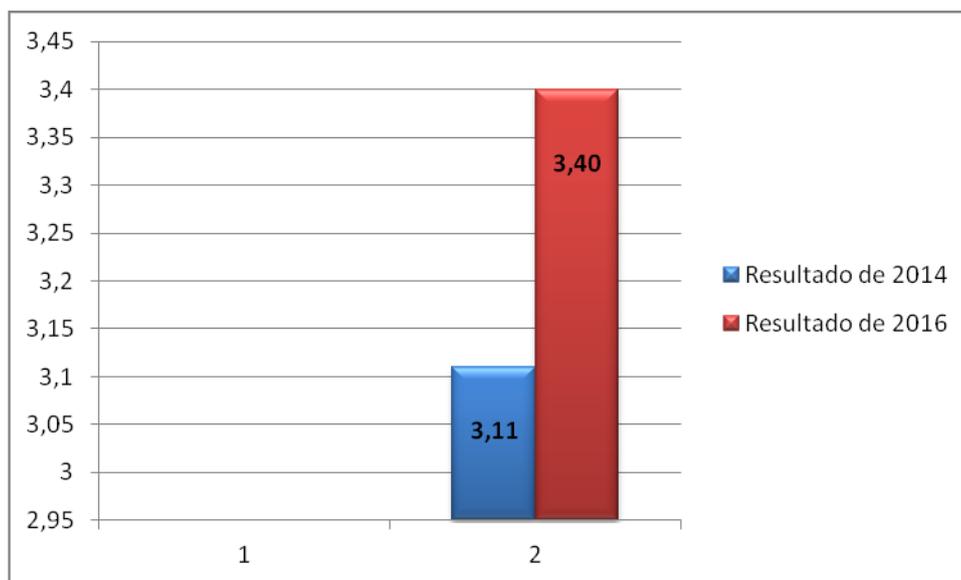


Gráfico 6 - Resultados Avaliação Satisfação dos Colaboradores

Tendo em conta os diferentes domínios, é possível constatar uma maior satisfação dos colaboradores com os domínios da Qualidade, Política e Estratégia, Relações com Chefias e Mudanças e Inovação.

12. AMBIENTE

Em termos de desempenho ambiental, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem vindo progressivamente a contribuir e a promover a defesa do meio ambiente.

Para o efeito tem em curso a implementação de algumas medidas, quer na sede quer no Lar Residencial.

No Lar Residencial continua em curso a operação tampinhas que consiste na recolha de tampinhas plásticas a serem enviadas à empresa Lipor para a reciclagem em troca de material e ajudas técnicas para os clientes.

Assim, como também tem implementado o projeto de reciclagem que consiste na separação de resíduos, papel, vidro, pilhas e plástico que são depositados em recipientes próprios para o efeito. Devido à significativa utilização de medicamentos por parte dos clientes, também está implementado o sistema de recolha de medicamentos fora de uso e de embalagens vazias que

são depositados em contentor próprio que posteriormente são entregues na Farmácia de Vermoim.

A AFPAD aderiu à III edição da campanha “O Amarelo Por Um Sorriso” que consistiu na separação e armazenamento de todo o tipo de material a colocar no contentor Amarelo ou seja, embalagens de plástico, de metal e embalagens de bebidas (tetra-pack).

A presente campanha, promovida pela RESINORTE tem como objetivo despertar e incentivar na população o interesse pela separação e valorização dos resíduos sólidos urbanos e a defesa do meio ambiente.

Esta Campanha iniciou no dia 23 de Novembro de 2015 e terminou a 31 de Outubro de 2016.

A AFPAD no âmbito desta campanha efetuou a entrega de 880 Kg de material a colocar no ecoponto amarelo.

Na sede é efetuada a separação das matérias-primas inutilizáveis (Cartão, papel, vidro, plástico, pilhas, metais, madeira, tinteiros, etc.), onde as deposita nos respetivos ecopontos, tendo obtido um certificado de autorização para a deposição de resíduos em ecocentro, passado pela Associação de Município do Vale do Ave.

A AFPAD em Junho de 2016 obteve o ISCC – Certificado Internacional de Sustentabilidade e Carbono, que certifica a recolha de óleos alimentares usados (OAU), emitido pela empresa Reciol Reciclagem de Óleos.

Este certificado foi emitido ao abrigo do artigo n.º 11, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 267/2009 de 29 de Setembro.

13. PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS

Ao longo do ano de 2016 foram publicadas as seguintes notícias nos jornais da localidade (Jornal “O Povo Famalicense”; jornal “Cidade Hoje” e jornal “Opinião Pública”:

Janeiro	1 - Casa do Porto Solidária com a AFPAD
Fevereiro	2 – AFPAD na defesa do ambiente. 3 – AFPAD quer construir Lar Residencial junto à estação da CP.
Março	4 – AFPAD apresenta projetos ao diretor da Segurança Social
Abril	5 – AFPAD aprovou relatório de contas sob desígnio da sustentabilidade.
Mai	6 – Teatro e dança da “Porta aberta” da AFPAD
Junho	7 – Mais de 200 crianças, jovens e adultos “une todas as diferenças” nos jogos da diferença de 2016. 8 – Clube Lions - Visita solidária à AFPAD
Novembro	9 – Liga inclusiva já arrancou 10 – AFPAD aposta em crescer para garantir sustentabilidade.
Dezembro	11- AFPAD promove mercadinho de natal.

CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de Março de 2011, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL), e pelo aviso n.º 8259/2015 publicado no Diário da República n.º 146, 2 Série, de 29 de Julho de 20115 que substitui o aviso n.º 6726-B/2011 publicado no Diário da República n.º 51, 2 Série, de 14 de Março de 2011, que visa estabelecer os principais aspetos de reconhecimento e mensuração, com as adaptações inerentes a este tipo de entidades (ESNL).

A Normalização Contabilística para as ESNL corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro.

As entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

Balanço;

Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão dos recursos a ele confiados.

1.1 Características das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Uma apresentação apropriada exige que uma entidade:

Selecione e adote políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL;

Apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível;

Proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos na NCRF-ESNL possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos interessados.

1.2 Continuidade

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o órgão de gestão deve fazer uma avaliação da capacidade da entidade prosseguir como em entidade em continuidade. As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, a menos que existam circunstâncias anormais em que se deva considerar um horizonte temporal para a entidade, caso em que no anexo se indica tal facto, assim como os critérios utilizados na elaboração da informação financeira.

No entanto, nas ESNL, este princípio não corresponde a um conceito económico ou financeiro puro, mas antes a manutenção da atividade de prestação de serviços da entidade cumprir os fins propostos.

Ao avaliar se o pressuposto da entidade em continuidade é apropriado, o órgão de gestão tomar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir da data do balanço.

O órgão de gestão deve divulgar as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir em continuidade.

1.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)

Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, exceto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

1.4 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para outro, a menos que seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou uma revisão das respetivas demonstrações financeiras, que outra

apresentação ou classificação seria mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL.

Uma entidade altera a apresentação das suas demonstrações financeiras apenas se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras e se for provável que a estrutura revista continue, de modo que a comparabilidade não seja prejudicada. Ao efetuar tais alterações na apresentação, uma entidade reclassifica a sua informação comparativa.

1.5 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Consideram-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que a rodeiam.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de fluxos de caixa ou anexo.

1.6 Informação Comparativa

Regra geral, a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva, quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A Tabela seguinte apresenta os gastos e os rendimentos e respetivos resultados no período de 2016 e 2015.

Demonstração dos Resultados por Naturezas				
Rendimentos e Gastos	2016	2015	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	76.218,00€	76.941,44 €	-0,95 %	-723,44€
Subsídios, doações legados á exploração	327.736,00€	316.289,08 €	0,04 %	+11.446,20€
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Trabalho para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-27.912,29 €	- 27.617,04 €	1,07 %	295,25€
Fornecimentos e Serviços Externos	-48.781,76 €	-67.536,55 €	-38,45%	-18.754,79€
Gastos com Pessoal	-319.340,35€	- 311.072,87 €	2,66%	8.267,48 €
Ajustamentos de Inventário	0,00 €	0,00 €		0,00€
Imparidades de dívidas a receber	-2.646,00€	- 114,00 €	2.221,05%	2.532,00€
Provisões (aumentos/reduções)	0,00€	-403,20 €	100%	-403,20€
Provisões Específicas	0,00 €	0,00 €		€
Outras Imparidades	0,00 €	0,00 €		€
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,00 €	0,00 €		€
Outros Rendimentos e Ganhos	16.972,29 €	21.975,77 €	-29,48%	-5.003,48€
Outros Gastos e Perdas	-1.222,67 €	- 914,14 €	0,34%	308,53€
Resultado antes de Depreciações	21 023,22 €	7.548,49 €	49,65%	13.747,73€
Gastos/Reversões de Depreciação	-13.549,34€	- 6.581,39 €	1,06%	-6.967,95€
Resultado Operacional	7.473,88 € €	967,10 €	7,15%	6.506,78€
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	59,85€	77,99 €	-0,30%	-18,14€
Juros e Gastos Similares Suportados	-846,47€	- 537,48 €	0,57%	-308,99€
Resultado Antes de impostos	6 687,26 € €	507,61 €	1.217,40%	6.179,65€
Imposto sobre Rendimento do Período	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Resultado Líquido do Período	6 687,26 €	507,61 €	1.217,40%	6.179,65€

Tabela 1 – Demonstração dos resultados por natureza

A rubrica das vendas e serviços prestados refere-se às vendas de produtos artesanais, das participações efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais, do Lar Residencial, dos Serviços e Terapias Complementares e das cotas de associados. Esta rubrica apresenta uma diminuição de -0,95 % em relação ao ano anterior e representa 18,10 % do total dos rendimentos.

Desagregando as duas contas, as vendas aumentaram 27,53 % (935.84 € para 1.193,50 €). As comparticipações de clientes diminuíram em cerca de 1,62 % (75.117,60 € para 73.920,50 €) e o valor das cotas recebidas aumentaram 24,33 % (888,00 € para 1.104,00 €). A diminuição da comparticipação de clientes deve-se ao facto da desistência de clientes dos serviços e terapias complementares, nomeadamente do serviço do centro estimulação de alzheimer/doenças neurodegenerativas, e pelas imparidades de clientes, principalmente do Lar Residencial.

As vendas representam 0,28 %, as comparticipações de clientes 17,55 % e as cotas de associados 0,26 % do total de rendimentos.

A rubrica de subsídios, doações legados à exploração representam as transferências efetuadas pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Braga para cada resposta social e do Município de Vila Nova de Famalicão. Esta rubrica apresenta um aumento de 1.29 % em relação ao ano anterior e que se deve ao facto do aumento dos acordos de cooperação com a segurança social e do valor recebido do Município de Vila Nova de Famalicão (10.00,00 €). Esta rubrica representa cerca de 77,84 % do total dos rendimentos.

A rubrica de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas referem-se aos produtos e géneros alimentares consumidos no Centro de Atividades Ocupacionais e no Lar Residencial e apresenta um aumento de 1,00 % em relação ao ano anterior. Esta rubrica representa cerca de 6,74 % do total dos gastos.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que engloba os consumos de água, energia, eletricidade, combustíveis, gás, material de escritório, comunicações móveis e fixas, reparações e conservação, rendas e alugueres, honorários, serviços especializados, seguros, e outros fornecimentos, apresenta uma diminuição de 38,85% em relação ao ano anterior. Esta rubrica representa 11,77 % dos gastos totais.

Esta diminuição justifica-se principalmente pela diminuição dos subcontratos (honorários, trabalhos especializados, conservação e reparação e seguros). Apesar das diminuições destas rubricas, outras houve que aumentaram como é o caso da eletricidade, combustíveis, rendas e diversos.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um ligeiro aumento em média de cerca de 2,65 % em relação ao ano transato que se justifica pelo aumento das diuturnidades que se venceram relativamente aos colaboradores, aumento da taxa social única (encargos patronais), o seguro e os gastos com a formação profissional.

Esta rubrica representa 77,07 % dos gastos totais.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta uma diminuição de 29,48 % em relação ao ano anterior que se deve ao facto de ter diminuído os donativos e esta rubrica representa 4,03 % dos rendimentos totais.

Esta conta engloba o valor de 9.954,49 € de donativos monetários (inclui as injunções do tribunal de Vila Nova de Famalicão), o valor de 2.500,00 € da consignação de 0,5% de IRS (por estimativa), e o valor de 691,50 € de outros rendimentos suplementares (Rifas 312,50 € e Tombola 379,00 €).

De acordo com a demonstração dos resultados por naturezas o resultado líquido apurado no ano de 2016 corresponde a um resultado líquido positivo no valor de **6.687,26 €**.



Fig. 3 – Resultado Líquido 2015



Fig. 4 – Resultado Líquido 2016

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na tabela seguinte apresentamos a demonstração dos fluxos de caixa à data do período findo em 31 de Dezembro do ano de 2016 e 2015.

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		73.141,53 €	73.827,95 €
Pagamentos de Bolsas		€	0,00 €
Pagamento de Fornecedores		-113.265,09 €	- 58.583,54 €
Pagamentos ao Pessoal		-214.959,80 €	- 204.384,60 €
Caixa gerada pelas operações		-255.083,36 €	- 189.140,19 €
Outros Recebimentos / Pagamento	13.1	213.043,53 €	200.054,91 €
Fluxo caixa das atividades operacionais (1)		-42 039,83 €	10.914,72 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis		-784,74 €	170,00 €
Recebimentos provenientes de			
Ativos fixos tangíveis		1.150,00 €	
Subsidio ao Investimento		39 924,00 €	
Juros e rendimentos similares		59,85 €	77,99 €
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		40 349,11 €	247,99 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos Obtidos	6	31 500,00 €	0,00 €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-4 469,58 €	- 12.141,55 €
Juros e Gastos Similares		-846,47 €	- 537,48 €
Fluxo de Caixa da Atividades de Financiamento (3)		26 183,95 €	- 12.679,03 €
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		24 493,23 €	- 1.516,32 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		25 264,08 €	26.780,40 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	49 757,31 €	25.264,08 €

Tabela 2 – Demonstração dos fluxos de caixa

4. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores em euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	128.245,99€	78.598,68 €
Bens do Património Histórico e Cultural			
Propriedades de Investimento			
Ativos Intangíveis	5	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		221.84€	36,28 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		128 467,83 €	78.634,96 €
Ativo Corrente			
Inventários	6	154.97€	105,71 €
Clientes		7.470,27€	7.804,92 €
Adiamentos a Fornecedores			
Estado e Outros Entes Públicos		2.155,00€	1.653,82 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		720,00€	360,00 €
Outras Contas a Receber		3 666,72 €	8.779,39 €
Diferimentos		1.169,60€	76,54 €
Outros Ativos Financeiros			
Caixa e Depósitos Bancários	12	49.757,31€	25.264,08 €
		65 093,87€	44.044,46 €
Total do Ativo		193 561,70 €	122.679,42 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		80.013.98€	80.013,98 €
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados		-29.516,45€	-31.879,57 €
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		34.933,50 €	
		85 431,03 €	48.134,41 €
Resultado Líquido do Período		6 687,26 €	507,61 €
Total do Fundo de Capital		92 118,29 €	48.642,02 €
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões		0,00€	403,20 €
Provisões Específicas			
Financiamentos Obtidos			
Outras Contas a Pagar			
		0,00€	403,20 €
Passivo Corrente			
Fornecedores		8.959,99€	7.311,42 €
Adiantamentos de Clientes			
Estado e outros Entes Públicos	12.4	14 564,04 €	13.973,57 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Financiamentos Obtidos	6	29.108,51€	2.078,09 €
Diferimentos			
Outras Contas a Pagar	12.5	48 810,87€	50.271,12 €
Outros Passivos Financeiros			
		101 443,41 €	73.634,20 €
Total do Passivo		101 443,41 €	74.037,40 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		193 561,70 €	122.679,42 €

Tabela 3 – Balanço 2016

A análise do balanço está reportada no anexo, nos pontos 14.1; 14.2 e 14.3 (Rácios)

CAPITULO V - ANEXO

Nos termos da Portaria nº 220/2015, publicado no Diário da República, I Série – N.º 143 de 24 de julho de 2015, (que revoga a Portaria nº 105/2011, de 14 de março de 2011) as divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos na Norma Contabilística de Relato Financeiro a efetuar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) relativamente ao anexo, são as que correspondem às publicadas no anexo 16 da portaria nº 220/2015, de 24 de Julho de 2015. Assim, cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deve efetuar.

1. Identificação da entidade:

1.1 Denominação da entidade:

Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD).

Número de pessoa coletiva: 502 914 432

1.2 Lugar da sede social:

RUA ANTÓNIO SÉRGIO, 103

4760-298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

1.3 Natureza da atividade:

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento. – CAE 87302

2. Referencial contabilístico preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, publicado no Diário da República I Série n.º 106 de 02 de junho de 2015, (que revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de março de 2011) e que inclui:

- a) Balanço
- b) Demonstração de Resultados por Natureza
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa
- d) Anexo

A base para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF) é composto pelos seguintes instrumentos:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, publicado no Diário da República N.º 143 de 24 de julho de 2015, (que revoga a portaria n.º 105/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de março de 2011), devendo o respetivo Anexo corresponder ao Anexo nº 16 da mesma Portaria (Portaria nº 220/2015);
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, publicado no Diário da República I Série N.º 142 de 23 de julho de 2015 (que revoga a Portaria n.º 106/2011, publicado no Diário da República I Série N.º 51 de 14 de março de 2011);
- Normas Contabilísticas Relato Financeiro para as Entidades Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL); Aviso n.º 6726-B/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de março de 2011; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência na elaboração das Demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos registos contabilísticos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) e as bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a AFPAD continuará a operar no futuro, prevendo-se a manutenção da atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir com os fins propostos, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam ou dizem respeito, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a receber e a pagar – devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

c) Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza das operações que, nesse caso, serão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

d) Materialidade e agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função

e) Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, dos rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

f) Informação comparativa

As Demonstrações Financeiras de 2016 permitem a comparação de todas as quantias relatadas com respeito ao período anterior (2015).

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras relativas ao ano de 2016 foram elaboradas no pressuposto da continuidade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência e de duração por tempo indeterminado, pelo que se prevê a sua continuidade no curto prazo ou futuro próximo.

3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras não foram tidos outros pressupostos que não o da continuidade.

Não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados, salvaguardando-se a possibilidade de acontecimentos imprevisíveis e/ou extraordinários e totalmente alheios à vontade da Associação famalicense de Prevenção e Apoio á deficiência (AFPAD).

4. Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.
- b) Os gastos subsequentes que a AFPAD tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.
- c) As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes em duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, e em conformidade com as percentagens divulgadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro de acordo com o código e divisão do elemento do ativo depreciável ou amortizável, de acordo com a tabela abaixo mencionada.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Líq.
Terreno	1997	10.599,46 €				10.599,46 €
Edifícios	1997	31.798,36 €	02,00 %	635,97 €	10.175,52 €	21.622,84 €
Edifícios	2001	147.632,79 €	02,00 %	2.952,65 €	109.248,24 €	38.384,55 €
Edifícios	2001	16.776,24€	10,00%	0,00 €	16.776,24€	0,00 €
Edifícios	2001	26.475,29 €		0,00 €	26.475,29 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2008	886,67 €	16,66 %	0,00 €	886,67 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	799,19 €	16,66 %	0,00 €	799,19 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	402,57 €	20,00 %	0,00 €	402,57 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2010	1.440,12 €	15,00 %	0,00 €	1.440,12 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2011	263,99 €	20,00 %	0,00 €	263,99 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	Vários	43.345,30 €		359,00 €	43.345,30 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2014	785,00 €	16,66 %	130,83 €	348,88 €	436,12 €
Equipamento Básico	2009	11.386,29 €	16,66 %	0,00 €	11.386,29 €	0,00 €
Equipamento Básico	Vários	32.442,13 €		784,74 €	32.442,13 €	0,00 €
Equipamento Básico	2013	1.660,50 €	16,66 %	276,75 €	876,38 €	784,12 €
Equipamento Básico	2013	1.050,00 €	16,66%	175,00 €	525,00 €	525,00 €
Equipamento Transporte	1997	42.397,82 €		0,00 €	42.397,82 €	0,00 €
Equipamento Transporte	2014	1.250,00 €	25,00 %	234,36€	572,91 €	0,00 €
Equipamento Transporte	2016	62.730,00 €		7.841,16 €	7.841,16 €	54.888,84 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	535,05 €	12,50 %	66,88 €	189,46 €	345,59 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	920,06 €	10,00 %	92,00 €	260,60 €	659,46 €
TOTAIS		435.576,83 €		13.549,34 €	306.653,76 €	128.245,98 €

Tabela 4 – Ativos fixos tangíveis

5 Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período; que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações, à data de 31 de Dezembro de 2016 encontram-se no quadro seguinte.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Liq.
Programas informáticos	2011	734,31 €	33,33 %	0,00 €	734,31 €	0,00 €
Programas informáticos	2007	940,00 €	33,33 %	0,00 €	940,00 €	0,00 €
TOTAIS		1.674,31 €		0,00 €	1.674,31 €	0,00 €

Tabela 5 – Ativos intangíveis

6 Custos de empréstimos obtidos

Em Fevereiro de 2013 a AFPAD obteve um empréstimo bancário (através do banco espírito santo (BES), agora Novo Banco), no valor de 35.000,00 euros a liquidar em trinta e seis prestações mensais. Em fevereiro de 2016 terminou o pagamento deste empréstimo.

Para aquisição das duas viaturas adaptadas, foi contraído novo empréstimo bancário no valor de 31.500,00 euros, através do Novo Banco. Este empréstimo teve o seu início em julho de 2016 e termina em julho de 2021, ou seja será pago em 60 prestações mensais.

Os custos do processo de financiamento ascenderam a 315,00 euros. Os juros com este empréstimo à data de 31 de Dezembro de 2016 foram de 519,39 euros.

7 Inventários

O método utilizado na contabilização do inventário é o “inventário intermitente”.

Os inventários encontram-se registados ao custo de aquisição, à data de 31 de Dezembro de 2016.

A mensuração das existências finais é apurada no final do período com base na contagem física dos bens, utilizando-se a fórmula do apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

$$\text{CMVMC} = \text{Existência Inicial} + \text{Compras} +/\text{- Regularizações} - \text{Existência Final}$$

A quantia de inventários escriturada pelo custo corrente, à data de 31 de Dezembro de 2015 e à data de 31 de Dezembro de 2016, encontram-se no quadro seguinte.

Descrição	2016	2016
Saldo Inicial	105,71€	396,27 €
Compras	27.961,55€	27.326,48 €
Regularizações	0,00 €	0,00 €
Saldo Final	-154,97€	- 105,71 €
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	27.912,29€	27.617,04 €

Tabela 6 – Inventários

À data de 31 de Dezembro de 2016 a conta mercadorias apresentava o seguinte saldo.

Descrição	Valor 2016
Géneros alimentares – Centro Atividades Ocupacionais	136,34 €
Géneros alimentares – Lar Residencial	18.63€
Total	154,97 €

Tabela 7 – Conta de mercadorias em 2016

8 Rendimentos e gastos

8.1 Rédito

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro em 2016 e 2015, conforme o quadro seguinte:

Rubricas	2016	2015
Vendas	1.193,50€	935,84 €
Prestação de Serviços	75.024,50€	76.005,60 €
Outros Rendimentos e ganhos	16.972,29€	21.975,77 €
Total	93.190,29 €	98.917,21 €

Tabela 8 – Vendas e prestações de serviços e outros rendimentos

Vendas – Esta rubrica diz respeito às vendas de trabalhos manuais efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial;

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às participações dos clientes do Lar Residencial, do Centro de Atividades Ocupacionais, dos Serviços e Terapias Complementares e Quotizações de Associados.

Outros rendimentos e ganhos – De acordo com a tabela seguinte:

Designação	2016
Rifas	312,50 €
Tombola	379,00 €
Alienações (Viatura Mercedes)	900,00 €
Recuperação de dívidas	188,00 €
Consignação 0,5 % IRS	2.500,00 €
Donativos monetários	7.429,49 €
Imputação Subsidio Investimento	4.990,50 €
Total	16.699,49 €

Tabela 9 – Outros rendimentos e ganhos

8.2 Gastos

Outros gastos e perdas à data de 31 de dezembro de 2016.

Designação	2016
Alienação (Viatura Peugeot)	427,09 €
Apoio concedido a utentes (ASUS)	192,40 €
Total	619,49 €

Tabela 10 – Gastos

9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2016 apresentava os seguintes saldos na conta de subsídios e apoio do Governo.

Descrição	2016	2015
ISSS – Centro Atividades Ocupacionais (CAO)	119.767,20 €	118.231,20 €
ISSS – Intervenção Precoce na Infância (IPI)	56.236,80 €	55.516,80 €
ISSS – Lar Residencial “ A Minha Casa”	141.732,00 €	139.913,28 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	47,10 €	42,19 €
Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão	10.000,00 €	0,00 €
INR - Instituto Nacional de Reabilitação	0.00 €	2.585,61 €
Totais	327.783,10 €	316.289,08 €

Tabela 11– Subsídios do governo

10 Instrumentos financeiros

10.1 Dividas a instituições de crédito

Em julho de 2016 foi contraído um empréstimo bancário no valor de 31.500,00 euros, através da instituição bancária Novo Banco.

Em 2016 à data de 31 de dezembro foi liquidado o valor de 2.391,49 euros, ficando em dívida o valor de 29.108,51 euros.

11 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência incorreu com os empregados em 2016 e 2015 foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações do Pessoal	259.032,87 €	253.674,64 €
Encargos Sobre Remunerações	56.835,37 €	54.465,46 €
Seguros de Acidente Trabalho	2.400,11 €	1.930,61 €
Formação Profissional	792,00 €	395,00 €
Outros Gastos com Pessoal	280,00 €	607,16 €
Totais	319.340,35 €	311.072,87 €

Tabela 12 – Gastos com pessoal em 2016 e 2015

O número médio dos recursos humanos pertencentes ao quadro de pessoal em 2016 e 2015 foram de 23 colaboradores pertencentes ao quadro de pessoal.

12. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Diversos

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora nem à Segurança Social, pelo que tem perante estas entidades a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 Depósitos bancários

Os Depósitos à Ordem em 2016 e 2015 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2016	2015
MG - Banco Montepio Geral	981,23 €	881,23 €
NB - Novo Banco	38.742,83 €	24.351,33 €
Total	39.724,06 €	25.232,56 €

Tabela 13 – Saldo depósitos bancários em 2016 e 2015

12.3 Depósitos a prazo

Os Depósitos a prazo em 2016 e 2015 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2016	2015
NB - Novo Banco	10.000,00 €	0,00 €
Total	10.000,00 €	0,00€

Tabela 14 – Saldo depósitos bancários em 2016 e 2015

12.4 Estado e outros entes públicos

À data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a conta de estado e outros entes públicos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2016	2015
Retenção Impostos (IRS, Sobretaxa)	2.768,00 €	2.719,00 €
Contribuições Seg. Social	11.772,49 €	11.244,03 €
Fundo de Compensação	23,55 €	10,54 €
Total	14.564,04 €	13.973,57 €

Tabela 15 – Saldo da conta de dívidas ao estado

12.5 Outras contas a receber e pagar

À data de 31 de dezembro de 2016 as contas de balanço, outras contas a receber e a pagar apresentavam os saldos de acordo com o quadro seguinte.

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar
Ministério Finanças – Consignação 0,5% IRS	2.500,00 €	
Valor de Rifas Natal	312,50 €	
Donativos Monetários	10,00 €	
Clientes Lar Residencial	153,79 €	
Entidades de ASUS	377,00 €	
Remunerações a Liquidar (Férias e Sub. Férias)		45.392,84 €
Géneros Alimentares		877,42 €
EDP – CAO e LAR		439,91 €
Vodafone - Telecomunicações		414,81 €
Gás		159,20 €
Material de escritório e seguros		50,64 €
Serviços Municipais - Água		391,96 €
Conservação e reparação		74,91 €
INR		233,18 €
Clientes de ASUS		417,00 €
Fornecedores de Investimento (Computador)		359,00 €
Total	3.353,29 €	48.810,87 €

Tabela 16 – Outras contas a receber e a pagar

12.6 Diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 a conta de diferimentos apresentava os seguintes saldos, relativamente a gastos a reconhecer.

Descrição	2016	2015
Serviços controlo de pragas	82,00 €	0,00 €
Material de escritório	41,52 €	11,90 €
Seguros	556,73 €	64,64 €
Produtos de limpeza	313,43 €	0,00 €
Rendas de equipamento	55,35 €	0,00 €
Contrato manutenção	170,00 €	0,00 €
Despesas bancárias	264,00 €	0,00 €
Total	1.483,03 €	76,54 €

Tabela 17 – Saldo da conta de diferimentos

12.7 Fornecimentos e serviços externos

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 a conta de fornecimentos e serviços externos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2016	2015
Subcontratos	1.400,00 €	4.208,66 €
Trabalhos Especializados	1.988,75 €	6.008,05 €
Publicidade e Propaganda	123,00 €	215,26 €
Honorários	5.639,64 €	15.809,68 €
Conservação e Reparação	2.984,09 €	4.511,10 €
Ferramentas Utensílios Desg. Rápido	420,04 €	723,67 €
Livros e Documentação Técnica	609,72 €	4,15 €
Material de Escritório	1.252,79 €	2.292,21 €
Artigos para Oferta	444,05 €	515,37 €
Material Didático	567,01 €	975,69 €
Eletricidade	3.918,77 €	3.701,79 €
Combustíveis	7.575,64 €	6.294,11 €
Água	1.924,47 €	1.990,51 €
Outros Flúidos	1.993,51 €	2.114,98 €
Deslocações e Estadas	383,00 €	338,72 €
Rendas e Alugueres	7.140,62 €	6.330,00 €
Comunicação	2.845,09 €	2.866,48 €
Seguros	939,10 €	1.782,31 €
Contencioso e Notariado	110,70 €	14,76 €
Despesas de Representação	238,83 €	454,80 €
Limpeza Higiene e Conforto	5.073,03 €	5.353,27 €
Encargos Saúde Clientes	219,92 €	231,29 €
Outros Serviços	964,99 €	799,69 €
Total	48.756,76 €	67.536,55 €

Tabela 18 – Fornecimentos e serviços externos

13. Fluxos de caixa

13.1 Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto

No quadro seguinte é apresentado os valores das atividades operacionais que dizem respeito aos recebimentos e pagamentos incluídos na rubrica de outros recebimentos / pagamentos.

Outros Recebimentos	Valor
Instituto Segurança Social (Acordos de Cooperação)	317.736,00 €
Entidades de ASUS	1.358,00 €
Diversos Recebimentos	1.095,53 €
Vendas Trabalhos Manuais (CAO e LAR)	1.193,50 €
Donativos Monetários e Injunções Tribunal	12.890,00 €
Cotas de Associados	672,00 €
Venda de viaturas	863,51 €
Rifas de Natal	898,00€
Município de VNF	10.000,00€
Consignação 0,5 IRS	3.450,35 €
(1) Total Recebimentos	350.156,89 €
Outros Pagamentos	Valor
Pagamento Contribuições Segurança Social	84.934,83 €
Pagamento Retenções na Fonte (IRS); Sobretaxa, Prediais	21.639,37 €
Pagamento Rendas e Condomínio	5.461,34 €
Pagamento Seguros (Diversos e de Acidentes de Pessoal)	4.086,46 €
Pagamentos de Vendas a Dinheiro (Caixa)	2 850,00 €
Pagamentos de Água, Gás, Eletricidade, TV Cabo	7.194,49 €
Pagamento à Vodafone (Telecomunicações)	3.209,38 €
Pagamento União Distrital Instit. Particulares Solidariedade Social (UDIPSS)	220,00 €
Pagamento aos clientes de ASUS	1.418,00€
Pagamento Honorários	3.286,00 €
Pagamentos Diversos (Formação profissional, Farmácia, Advogado, etc.)	2.813,49 €
(2) Total Pagamentos	137.113,36 €
Saldo (1-2)	213.043,53 €

Tabela 19 – Fluxos caixa atividades operacionais

14. Rácios

14.1 Fundo maneiio

Descrição	2016	2015
Ativo Corrente	65.093,87 €	44.044,46 €
Passivo Corrente	- 101.443,41 €	- 73.634,20 €
Fundo Maneio (FM)	- 36.349,54 €	- 29.589,74 €

Tabela 20 – Fundo de maneiio

O fundo de maneiio negativo (FM <0) reflete um desequilíbrio patrimonial e implica uma necessidade de aumentar o ativo corrente.

Pelos dados apresentados na tabela verifica-se que a situação do fundo de maneiio continua negativa e agravou ligeiramente a sua performance de 2015 para 2016, tendo aumentado o valor em 6.755,30 €. Embora o ativo corrente tenha aumentado de valor o passivo corrente também aumentou o seu valor na mesma proporção.

De referir que no passivo corrente está registado o valor de 29.108,51 € referente ao empréstimo bancário de médio e longo prazo (a pagar em 5 anos) e o valor de 45.481,68 € que se refere às férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal, que será liquidado em 2017, mas que dizem respeito a direitos vencidos em 2016.

14.2 Liquidez geral e liquidez imediata

Descrição	2016	2015
Liquidez geral	0,641	0,598
Liquidez imediata	49,04 %	34,31 %

Tabela 21 – Rácio Liquidez geral e imediata

O rácio de liquidez geral determina a capacidade da entidade para esta fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

Dado que o valor apresentado por este rácio é menor que 1, significa que os ativos correntes são inferiores ao passivo corrente. Esta situação poderá refletir dificuldades de Tesouraria. No entanto, essas dificuldades poderão não se fazer sentir se a velocidade de rotação do ativo corrente permitir fazer face ao timing de exigibilidade das dívidas de curto prazo.

Como se pode verificar na tabela acima, o rácio da liquidez geral aumentou ligeiramente de 2015 para 2016, o que significa que melhorou a sua posição da capacidade para fazer face aos seus compromissos de curto prazo.

O rácio de liquidez imediata traduz os conceitos de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo que uma organização dispõe para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Pela análise verificada na tabela acima podemos afirmar que a situação de liquidez imediata melhorou em termos percentuais de 2015 para 2016, tendo aumentado cerca de 14,73 %.

14.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

Descrição	2016	2015
Autonomia financeira	47,07 %	39,64 %
Solvabilidade	90,80 %	65,69 %
Endividamento	52,40 %	60,35 %

Tabela 22 – Rácio autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

O rácio da autonomia financeira determina a (in) dependência da entidade face a capitais alheios, dando apoio na análise do risco sobre a estrutura financeira da organização.

Traduz a capacidade da organização de financiar o ativo através dos fundos patrimoniais sem ter de recorrer a empréstimos.

Os valores apresentados significam o recurso alargado a financiamento externo. Este indicador sofreu uma ligeira melhoria de 2015 para 2016, passando de 39,64% em 2015 para 47,07% em 2016, o que significa que obteve maior estabilidade financeira no ano de 2016 comparando com o ano de 2015.

O rácio da solvabilidade é a capacidade da organização para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da organização face aos seus credores.

Este rácio também apresenta uma melhoria muito significativa de um ano para outro, tendo aumentado cerca de 25 % de 2015 para 2016, como se pode observar na tabela.

Quanto maior for este rácio, maior será a segurança dos credores face aos seus créditos.

O rácio de endividamento mede a taxa de endividamento total. Quanto mais baixo for a percentagem menor é o endividamento.

Este rácio melhorou de 2015 para 2016, tendo uma ligeira diminuição em cerca de 8 %, passando de 60,35 % para 52,40 %.

Contudo o valor apresentado significa que os capitais alheios (52,40 %) financiam mais de metade das aplicações totais (capitais próprios 47,60 %).

14.4 Rendibilidade líquida da atividade

A rendibilidade líquida da atividade, também conhecida como resultado económico líquido, mede o rendimento do conjunto de meios utilizados para a prossecução da atividade.

Descrição	2016	2015
Rendibilidade líquida	-8.275,74 €	-20.094,53 €

Tabela 23 – Rendibilidade Líquida

No cálculo deste rácio, não são consideradas as rubricas de outros gastos e perdas, juros e gastos similares suportados por parte dos gastos, assim como não são consideradas as rubricas de outros rendimentos e ganhos, os juros e rendimentos similares obtidos por parte dos rendimentos.

Como se pode verificar na tabela acima, este rácio apresenta valores negativos no ano de 2015 e 2016, embora melhorou a situação de um ano para o outro.

Da análise deste rácio, pode-se concluir que a AFPAD sem os donativos monetários e não monetários (que são os mais relevantes desta rubrica) apresenta uma rendibilidade líquida negativa

CAPITULO VI – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

6. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO

Demonstração dos Resultados por Naturezas CAO				
Rendimentos e Gastos	2016	2015	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	21.109,98 €	20.500,00 €	0.03 %	+609,98€
Subsídios, doações legados á exploração	123.467,20 €	119.847,21 €	0.03%	+3.619,99€
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-9.838,57€	- 10.126,15 €	-0.03%	-287,58€
Fornecimentos e Serviços Externos	-14.993,46 €	- 20.573,39 €	-37.22%	-5.579,93€
Gastos com Pessoal	-98 081,39 €	- 95.019,30 €	-0.03%	+3.062,09€
Imparidades de dívidas a receber	-126,00 €	- 90,00 €	40%	+36,00€
Outras Imparidades (perdas/reversões)		- 8.88 €	100%	-8,88€
Outros Rendimentos e Ganhos	7 496,75 €	8.327,88 €	11,09%	-831,13€
Outros Gastos e Perdas	-413,28 €	- 515,49 €	-24,73%	-102,21€
Resultado antes de Depreciações	28 621,23 €	22.341,88 €	0.28%	6.279,35€
Gastos/Reversões de Depreciação	-7 644,29 €	- 2.647,08 €	188.78%	-4.997,21€
Resultado Operacional	20 976,94 €	19.694,80 €	6.51%	1.282.00€
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	22,08 €	28,81 €	30.48%	-6,73€
Juros e Gastos Similares Suportados	-421,65 €	- 198,82 €	112.08%	-222,83€
Resultado Líquido do Período	20 577,37 €	19.524,79 €	5.39%	1.052,58€

Tabela 24 – Demonstração resultados CAO

Os gastos do CAO representam 31,14 % do total global de Gastos e os rendimentos representam 35,81 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2016 e 2015.

Descrição	2016	2015
Rendimento total anual	152 096,01 €	148.703,90 €
Rendimento médio mensal	12 674,67 €	12.391,99 €
Gasto total anual	131 518,64 €	129.179,11 €
Gasto médio mensal	10 959,89 €	10.764,92 €
Gasto médio mensal por cliente	547,99 €	538,24 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	499,03 €	492,63 €

Tabela 25 – Rendimentos e Gastos totais e médios do CAO

7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI

Demonstração dos Resultados por Naturezas IP				
Rendimentos e Gastos	2016	2015	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	209,76 €	168,72 €	24%	41,04 €
Subsídios, doações legados á exploração	58 136,80 €	55.516,80 €	5%	2 620,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-5 412,71 €	- 7.884,48 €	46%	-2 471,77 €
Gastos com Pessoal	-46 405,13 €	- 39.309,90 €	18%	+7 095,23 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €		0,00 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)		- 4,56 €	100%	-4,56 €
Outros Rendimentos e Ganhos	2 038,63 €	3.454,24 €	69%	-1 415,61 €
Outros Gastos e Perdas	-468,89 €	-119,66 €	292%	+349,23 €
Resultado antes de Depreciações	8 098,46 €	11.821,16 €	46%	3 722,70 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-1 440,72 €	-1.553,29 €	7%	-112,57 €
Resultado Operacional	6 657,74 €	10.267,87 €	54%	3 610,13 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	11,34 €	14,77 €	30 %	3,43 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-2,29 €	-102,08 €	98 %	-99,79 €
Resultado Líquido do Período	6 666,79 €	10.180,56 €	53%	3 513,77 €

Tabela 26 – Demonstração resultados de IPI

Os gastos da Intervenção Precoce na Infância representam 11,80 % do total global de Gastos e os rendimentos representam 14,24 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos da Intervenção Precoce na Infância no ano de 2016 e 2015.

Descrição	2016	2015
Rendimento total anual	60 396,53 €	59.154,53 €
Rendimento médio mensal	5 033,04 €	4.929,54 €
Gasto total anual	53 729,74 €	48.973,97 €
Gasto médio mensal	4 477,48 €	4.081,16 €
Gasto médio mensal por criança (40 crianças)	111,94 €	102,02 €
Comparticipação mensal por criança da Seg. Social	117,16 €	115,66 €

Tabela 27 – Rendimentos e gastos totais e médios de IP

8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL

Demonstração dos Resultados por Naturezas LAR Residencial				
Rendimentos e Gastos	2016	2015	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	52 408,26 €	49.622,72 €	6%	+2 785,54 €
Subsídios, doações legados á exploração	146 132,00 €	140.925,07 €	4%	+5 206,93 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-18 073,72 €	- 17.490,89 €	-3%	+582,83 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-27 385,59 €	- 33.957,18 €	-24%	-6 571,59 €
Gastos com Pessoal	-174 853,83 €	- 176.743,67 €	1%	-1 889,84 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	-2 520,00 €	- 10,56 €	-23764%	+2 509,44 €
Outros Rendimentos e Ganhos	7 436,91 €	9.193,65 €	24%	-1 756,74 €
Outros Gastos e Perdas	-340,50 €	- 278,99 €	22%	+61,51 €
Resultado antes de Depreciações	-17 196,47 €	- 28.739,85 €	67%	-11 543,38 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-4 464,33 €	- 2.381,02 €	-87%	2 083,31 €
Resultado Operacional	-21 660,80 €	- 31.120,87 €	44%	-9 460,07 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	26,43 €	34,41 €	30%	7,98 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-422,53 €	- 236,58 €	-79%	185,95 €
Resultado Líquido do Período	-22 056,90 €	-31 323,04 €	42%	-9 266,14 €

Tabela 28 – Demonstração resultados LAR

Os gastos do Lar Residencial representam 55,81 % do total global de gastos e os rendimentos representam 48,10 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Lar Residencial no ano de 2016 e 2015.

Descrição	2016	2015
Rendimento total anual	206 003,60 €	199.775,85 €
Rendimento médio mensal	17 166,97 €	16.647,98 €
Gasto total anual	228 060,50 €	231.502,09 €
Gasto médio mensal	19 005,04 €	19.291,85 €
Gasto médio mensal por cliente	1 583,75 €	1.607,65 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	984,25 €	971,62 €

Tabela 29 – Rendimentos e gastos médios do Lar

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)

Demonstração dos Resultados por Naturezas STC				
Rendimentos e Gastos	2016	2015	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	2 490,00 €	6.650,00 €	-167%	-4 160,00 €
Subsídios, doações legados á exploração		0,00 €		
Custo Mercadoria Vendida e Matéria		0,00 €		
Fornecimentos e Serviços Externos	-990,00 €	- 5.121,50 €	-417%	4 131,50 €
Gastos com Pessoal		0,00 €		
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00 €		
Outros Rendimentos e Ganhos		1.000,00 €	100%	1 000,00 €
Outros Gastos e Perdas		0,00 €		
Resultado antes de Depreciações	1 500,00 €	2.528,50 €	69%	1 028,50 €
Gastos/Reversões de Depreciação		0,00 €		
Resultado Operacional	1 500,00 €	2.528,50 €	69%	1 028,50 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		0,00 €		
Juros e Gastos Similares Suportados		0,00 €		
Resultado Líquido do Período	1 500,00 €	2.528,50 €	69%	1 028,50 €

Tabela 30 – Rendimentos e gastos médios dos STC

Os gastos dos Serviços e Terapias Complementares representam 1,23 % do total global de gastos e os rendimentos representam 1,84 % do total global dos rendimentos.

De referir que os serviços e terapias complementares engloba os serviços de terapia da fala e de psicologia, assim como engloba os serviços prestados pelo centro estimulação de Alzheimer/doenças neurodegenerativas.

No ano de 2015 foram apoiadas 4 crianças nos serviços de terapia da fala e de psicologia.

O centro de alzheimer atendeu e prestou serviço a 5 pessoas durante o ano, tendo uma desistido em Março, outra em Junho e duas em Outubro.

10. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Gastos.

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2016	2016	Valor	%
Custo Mercadorias Vendidas	27 912,29 €	28 000,00 €	-87,71 €	-0,31%
Fornecimentos e serviços externos	48 781,76 €	53 032,00 €	-4 250,24 €	-8,71%
Gastos com pessoal	319 340,35 €	320 348,20 €	-1 007,85 €	-0,32%
Gastos de depreciação e amortização	13 549,34 €	4 642,58 €	8 906,76 €	191,90 %
Perdas por imparidade	2 646,00 €		2 646,00 €	100%
Provisões				
Outros gastos e perdas	1 222,67 €	655,00 €	567,67 €	46,43%
Gastos e perdas de financiamento	846,47 €	185,00 €	661,47 €	78,14%
Totais	414 298,88 €	406 862,78 €	7 436,10 €	1,82%

Tabela 31 – Comparação da execução dos gastos com o orçamento

Na tabela acima apresentado temos a composição da estrutura dos gastos, entre o que foi orçamentado para o ano de 2016 e o que foi realizado durante o mesmo ano, com o apuramento das respetivas diferenças.

Como podemos constatar na tabela, os gastos na sua globalidade (todas as rubricas) a diferença apurada entre o que foi orçamentado e o que foi realizado para o ano de 2016 atingiu o valor de 7.436,10 € que se traduz numa diferença de 1,82 % aproximadamente.

Comparação entre a execução e o orçamento de 2016 relativamente aos Rendimentos

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2016	2016	Valor	%
Vendas	1 193,50 €	725,00 €	468,50 €	65%
Prestações de serviços	75 024,50 €	73 883,00 €	1 141,50 €	2%
Subsídios, Doações e Legados	327 736,00 €	319 760,00 €	7 976,00 €	2%
Outros Rendimentos e Ganhos	16 972,29 €	13 137,00 €	3 835,29 €	29%
Juros e Outros Rendimentos	59,85 €	80,00 €	- 20,15 €	- 34%
Totais	420 986,14 €	407 585,00 €	13 401,14 €	3,28%

Tabela 32 – Comparação da execução dos rendimentos com o orçamento

Como se pode verificar na tabela acima apresentada relativamente aos rendimentos, podemos verificar que os valores orçamentados e os valores realizados durante o ano de 2016 apresentam uma variação global em cerca de 3,28%.

CAPITULO VII - DIVERSOS

1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência durante o ano de 2015 cumpriu na íntegra com todas as suas obrigações fiscais e legais.

À data de 31 de Dezembro de 2016, não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública, tendo obtido a declaração da situação contributiva perante a Segurança Social e a declaração da situação tributária regularizadas perante estes organismos.

Durante o corrente ano foi entregue via internet nas respetivas entidades, o relatório único ao abrigo da portaria n.º 55/2010 publicado no Diário da República n.º 14, 1 Série, de 21 de Janeiro de 2010, que inclui o Balanço Social, Anexo A – Quadro de Pessoal, Anexo B – Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores, Anexo C – Relatório Anual da Formação Contínua e o Anexo D (CAO e LAR) – Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Anexo E Greves, Anexo F – Informação sobre prestadores de serviços, enviado ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi enviado ao Ministério das Finanças - Direção Geral dos Impostos, o modelo 25 referente aos donativos em géneros e em moeda monetária e o modelo 10, referente aos rendimentos e retenções na fonte de IRS do trabalho dependente e independente.

À data de 31 de Dezembro de 2016, não se verificou qualquer registo no livro de reclamações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de Setembro.

Durante o ano de 2016 as viaturas da AFPAD percorreram as seguintes distâncias:

Peugeot	18-22-LA	3 424 Km	489 Km/mês
Mercedes-Benz	59-49-HS	12 406 Km	2 067 Km/mês
Nissan	46-18-JJ	7 207 Km	656 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-80	4 563 Km	760 Km/mês
Fiat Ducato	64-RJ-82	<u>11 477 Km</u>	<u>2 295 Km/mês</u>
Total		39 077 Km	

A viatura Peugeot com a matrícula 18-22-LA foi alienada em Outubro, assim como a viatura Mercedes Benz com a matrícula 59-49-HS em Junho conforme já foi referido.

No início de Julho entraram em funcionamento as novas viaturas Fiat Ducato com as matrículas 64-RJ-80 e 64-RJ-82, uma para o Lar Residencial (64-RJ-80) e outra para o Centro de Atividades Ocupacionais.

A viatura Nissan esteve ao serviço do Lar residencial até Junho de 2016.

A viatura Peugeot esteve ao serviço da Intervenção Precoce.

2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Para o próximo ano e seguintes, perspectiva-se que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência mantenha um ritmo de crescimento e desenvolvimento sustentado, de acordo e em função das oportunidades que possam surgir, com o objetivo de aumentar a eficiência e a eficácia no desenvolvimento das suas atividades e o reforço da qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados.

Também se espera que venha a cumprir com todos os projetos que assumiu no passado e/ou venha a assumir no futuro, em prol de um serviço que vá de encontro às expectativas dos seus clientes e que lhes possa proporcionar a melhor qualidade de vida desejada para todos os intervenientes.

Efetuada a avaliação pelo órgão de gestão sobre toda a informação aqui disponibilizada que considera que é apropriada é de parecer pela continuidade da entidade sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir desta data.

3. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2016

Em janeiro de 2017 houve eleições para os órgãos sociais para o quadriénio de 2017 a 2020.

A nova direção tomou posse em janeiro de 2017.

O valor recebido da consignação do 0,5 % IRS foi de 1.441,91 € e o valor de 11,3 € da consignação de IVA.

Não ocorreram até à presente data outros factos materialmente relevantes que deem lugar a ajustamentos ou que possam afetar a posição das demonstrações financeiras do ano de 2016.

4 CONCLUSÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem conseguido vencer todas as adversidades, quer por conjunturas Nacionais quer por conjunturas Internacionais, internas e/ou externas, onde se apresenta com o mesmo rigor e confiança no futuro.

O relatório aqui apresentado pretende divulgar toda a informação considerada apropriada para a análise da atividade exercida durante o ano de 2016 que foi desenvolvida de acordo com o

esperado para o seu normal funcionamento e toda a informação económica e financeira para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade com o objetivo de que essa informação seja útil a uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões.

As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo (periodização económica), consistência de apresentação, materialidade e agregação, informação comparativa, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Pela análise económica e financeira criteriosamente efetuada com base nos vários instrumentos e peças contabilísticas, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conseguiu atingir os seus objetivos e estratégias traçadas para o ano de 2016 na sua globalidade e da forma que foi possível, contribuindo para esse facto o empenho e a dedicação de todos quanto colaboraram de uma ou de outra forma com a Associação.

De realçar o facto de que no ano de 2016 a AFPAD foi contemplada com subsídios extraordinários, quer do Fundo de Socorro Social, quer do Município de Vila Nova de Famalicão, o que permitiu o equilíbrio financeiro desejado.

5. REFERENCIAS FINAIS

A Direção da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboram para o desenvolvimento da atividade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, designadamente clientes e significativos, Instituto da Segurança Social de Braga, Município de Vila Nova de Famalicão, fornecedores, instituições financeiras, e demais entidades públicas e privadas, assim como o empenho e confiança dos seus associados no acompanhamento da evolução da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, durante o ano de 2016.

A direção expressa ainda o seu reconhecimento a todos os colaboradores da Associação cujo esforço, decisão e competência contribuíram para os resultados alcançados no ano findo.

Os agradecimentos da direção são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a AFPAD.

Por último, uma palavra especial de agradecimento aos nossos clientes e parceiros pela preferência e confiança que em nós depositam e a todos os colaboradores da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrado.

Vila Nova de Famalicão, 01 de Maio de 2017

A DIREÇÃO:

Presidente:	Alberto Manuel Ribeiro Gonçalves
Tesoureiro:	Abraão José Rodrigues Carneiro da Costa
Secretária:	Joana Alexandra Marques Gomes
Tesoureiro	Sara Catarina Sousa Gomes
Vogal	Bruna Araújo Carvalho



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





Rua António Sérgio, 103

4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

www.afpad.org